

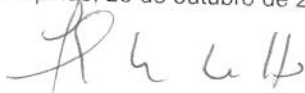
KÁTIA CILENE TABAI

**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA DE
ANÁLISE DA QUALIDADE DE PRODUTOS DO INSTITUTO
NACIONAL DE METROLOGIA E QUALIDADE
INDUSTRIAL -INMETRO**

PARECER

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida por **Kátia Cilene Tabai**, aprovada pela Comissão Julgadora em 23 de outubro de 2001.

Campinas, 23 de outubro de 2001



Profa. Dra. Flávia Maria Netto
Presidente da Banca

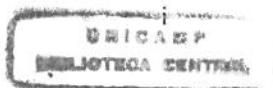
Tese submetida à

*Faculdade de Engenharia de Alimentos
da Universidade Estadual de Campinas,
como requisito para obtenção do título*

*de Doutor em Alimentos e Nutrição,
sob orientação da Profa. Dra. Elisabete Salay*

Campinas - SP

2001



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	T111a
V.	Ex.
TOMBO BC/	47215
PROC.	16-837102
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	15-01-2002
N.º CFD	

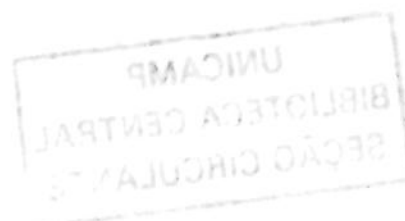
CM00162406-5

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA F.E.A. – UNICAMP

T111a Tabai, Kátia Cilene
Avaliação dos resultados do programa de análise da
qualidade de produtos do Instituto Nacional de Metrologia e
Qualidade Industrial –INMETRO / Kátia Cilene Tabai. –
Campinas, SP: [s.n.], 2001.

Orientador: Elisabete Salay
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Engenharia de Alimentos.

1.*Alimento seguro. 2.*Segurança alimentar. 3.Alimentos –
Controle. 4.Qualidade. 5.Consumidor. 6.Qualidade – Análises.
I.Salay, Elisabete. II.Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Engenharia de Alimentos. III.Título.



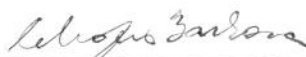
BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elisabete Salay
Orientadora

Profa. Dra. Ana Maria Segall Correa
Examinadora

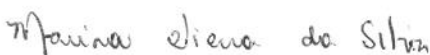


Prof. Dr. Félix Guillermo Reyes
Examinador


Prof. Dr. Celso Guimarães Barbosa
Examinador



Prof. Dra. Flávia Maria Netto
Examinadora


Prof. Dra. Marina Vieira da Silva
Examinadora


Prof. Dra. Nancy S. Dorna Castelo Branco
Examinadora

“A Alimentação e a Nutrição constituem requisitos básicos para a promoção e a proteção à saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano com qualidade de vida e cidadania.”

(Atributos Consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos)

Dedico ao meu querido e inesquecível

Marcos Antonio Zangirolamo (In memoriam)

AGRADECIMENTOS

Ao **DEUS** de amor, por me dar o “alimento diário” fundamental para concretização deste trabalho.

À Profa. Dra. Elisabete Salay, pela imprescindível orientação durante o decorrer desta pesquisa.

À Profa. Dra. Ana Maria Segall da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, pela importante participação na banca examinadora.

Ao Prof. Dr. Antonio Carlos Coelho Campino da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, pelas importantes sugestões durante o projeto.

Ao Prof. Dr. Celso Guimarães Barbosa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pelas fundamentais sugestões e correções especialmente nas análises estatísticas.

Ao Prof. Dr. Félix Guillermo Reyes da Faculdade de Engenharia de Alimentos da UNICAMP, pela contribuição desde a avaliação do projeto de tese.

À Profa. Dra. Flávia Maria Netto da Faculdade de Engenharia de Alimentos da UNICAMP, pelas correções e sugestões durante a realização deste trabalho.

À Profa. Dra. Marina Vieira da Silva da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ-USP, pelas preciosas sugestões e correções no meu trabalho e principalmente pela amizade e incentivo na minha carreira acadêmica.

À Profa. Dra. Nancy Dorna dos Santos Castelo Branco da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pelo precioso incentivo, grande amizade e exemplo de dedicação.

Ao Prof. Dr. Rinaldo Barcia Fonseca do Instituto de Economia da UNICAMP, pelas sugestões durante a elaboração da pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela bolsa de estudos concedida durante o período da realização desta pesquisa.

Aos técnicos do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial – INMETRO, em especial a Sra. Angela Damasceno e ao Sr. Gustavo Kursten, pelo atendimento.

Aos técnicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA do Ministério da Saúde e da Divisão de Produtos de Origem Animal – DIPOA do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, pelas entrevistas concedidas.

A população da cidade de Campinas, que gentilmente participou das entrevistas desta pesquisa.

À Profa. Dra. Hilary Menezes, pela dedicação nas traduções dos resumos para o inglês.

À Profa. Augusta M. Leite França Pinto, que carinhosamente revisou a redação da tese.

Ao amigo Fábio Furlan, de todas horas, pelas incontáveis e fundamentais ajudas inclusive na área de informática.

À todas as companheiras que estiveram comigo no laboratório de Planejamento Alimentar durante essa trajetória, a saber: Adriana Poletto, Kátia Rodrigues, Paula Rissatto e em especial a Carla Vieira, a Karina dos Santos, a Maria da Conceição Fonseca, a Márcia Buchweitz, a Suzi Scavalli e a Sylvia Villela.

Aos professores, funcionários e colegas do Departamento de Planejamento Alimentar – DEPAN, em especial a Maria Aparecida Vasconcellos Osteti, o Robson Roberto Olivieri, o Sérgio Sabino, a Isabel Fátima Valentino e o Cosme Perota da secretaria de pós graduação e ainda as alunas e contemporâneas Érika Tassi e Saula Goulart, pelo companheirismo.

À todas as pessoas que percorreram comigo as estradas durante esses anos, especialmente a Ana Cláudia Carraro e a Andréa Righetto, pelo apoio.

À amiga Yolanda Boza, por sua amizade desde a graduação e estímulo na continuidade dos meus estudos.

À todas as minhas amigas, especialmente a Cláudia de Andrade Moura, a Márcia Nazato, a Regina Zangelmi, a Silvana Corrêa e a Telma Brandão que nunca duvidaram da minha capacidade profissional.

Ao casal de amigos Elaine e Eliezer Piovezan pela grande e verdadeira amizade.

Ao querido Henrique Martha de Oliveira pelo imenso carinho que serviu de incentivo para a realização da pós-graduação.

Aos meus pais exemplares, Judite Marcelino Tabai e Paulo Dair Tabai, pela acolhida amorosa e presença constante em minha vida.

Às minhas queridas irmãs, Catarina e Cristiane Tabai, por me ajudarem a perseverar sempre.

Aos meus lindos e amados sobrinhos Rodrigo, Samara e Gabriel Tabai Ismael, por darem muito mais sabor ao meu viver.

À todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho o meu sincero: MUITO OBRIGADA!!

SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS.....	xv
ÍNDICE DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xix
RESUMO.....	xxiii
SUMMARY.....	xxvii
INTRODUÇÃO GERAL.....	1
Capítulo 1 - Controle de alimentos no Brasil.....	5
Capítulo 2 - O Programa de Análise da Qualidade de Produtos do INMETRO: Resultados nas ações de órgãos governamentais fiscalizadores.....	17
Capítulo 3 - O Programa de Análise da Qualidade de Produtos do INMETRO: Efeitos em indústrias e comércios de alimentos.....	51
Capítulo 4 – O Programa de Análise da Qualidade de Produtos do INMETRO: Repercussão para os consumidores de Campinas - SP.....	79
Capítulo 5 - Conclusão Geral.....	115
ANEXOS	
Anexo 1 – Ficha da entrevista com a responsável pelo programa do INMETRO.....	121
Anexo 2 – Ficha de entrevista utilizada na ANVISA - MS	123
Anexo 3 - Ficha de entrevista realizada na Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação – ABIA.....	125
Anexo 4 – Ficha de entrevista com as indústrias de alimentos.....	127
Anexo 5 - Ficha de entrevista com os atacadistas de alimentos da cidade de Campinas.....	129
Anexo 6 – Ficha de entrevista com os varejistas da cidade de Campinas – SP.....	131
Anexo 7 – Termo de consentimento para participação na pesquisa.....	133
Anexo 8 – Ficha de entrevista com os consumidores de Campinas – SP.....	135
Anexo 9 – Amostra estratificada dos consumidores de Campinas – SP.....	139

ÍNDICE DE TABELAS

CAPÍTULO 2

Tabela 1 - Análises de conformidade da qualidade dos produtos de origem alimentar, realizadas pelo Programa de Análise da Qualidade de Produtos - PAQP em 1996 – 1999.....	31
Tabela 2 - Percentual de conformidade dos produtos de origem alimentar analisados pelo Programa de Análise da Qualidade de Produtos - PAQP em produtos de origem alimentar de 1996 - 1999.....	33
Tabela 3 - Atuação conjunta da Divisão de Produtos de Origem animal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento - DIPOA/MAA e do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial - INMETRO para a realização de análises microbiológicas e físico-químicas de leite e derivados em 1999.....	41

CAPÍTULO 3

Tabela 1 - O Programa de Análise da Qualidade de Produtos - PAQP de origem alimentar do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial – INMETRO descrição dos efeitos para as indústrias e comércios de alimentos do Estado de São Paulo, 2000.....	59
Tabela 2 - Efeitos do Programa de Análise da Qualidade de Produtos – PAQP alimentícios do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial – INMETRO para as indústrias de alimentos em São Paulo, em 2000.....	69

CAPÍTULO 4

Tabela 1 - Conhecimento da população relativo ao Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial - INMETRO e o Programa de Análise da Qualidade de Produtos - PAQP, em Campinas, SP, 2000.....	89
Tabela 2 - Nível de conhecimento sobre o Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial – INMETRO e o Programa de Análise da Qualidade de Produtos – PAQP de acordo com a idade e o nível de escolaridade da população, em Campinas, SP, 2000.....	91
Tabela 3 - Nível de conhecimento do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial – INMETRO e do Programa de Análise da Qualidade de Produtos – PAQP de acordo com a renda familiar e o sexo dos consumidores entrevistados, em Campinas, SP, 2000.....	93
Tabela 4 - Nível de rejeição da marca (P), por características sócio-econômicas da população em Campinas, SP, 2000.....	95
Tabela 5 - Teste de qui-quadrado considerando as variáveis sócio-econômicas das pessoas que deixaram de comprar o produto e/ou a marca, em Campinas, SP, 2000.....	97
Tabela 6 - O Programa de Análise da Qualidade de Produtos – PAQP do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial – INMETRO, de acordo com a citação dos alimentos irregulares, problemas encontrados e o comportamento quanto à aquisição de alimentos e bebidas manifestados pelos consumidores, em Campinas, SP, 2000.....	101
Tabela 7 - Marcas mencionadas e a interrupção de aquisição condicionada pela divulgação dos resultados das análises do Programa de Análise da Qualidade de Produtos - PAQP, em Campinas, SP, 2000.....	103
Tabela 8 – Fontes de informações sobre a análise da qualidade de produtos considerados pelos consumidores e comentários espontâneos sobre o Programa de Análise da Qualidade de Produtos – PAQP, em Campinas, SP, 2000.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO

ANVISA – AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

APPCC – ANÁLISE DE PERIGOS E PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE

BPF – BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO

CDC – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

CONMETRO – CONSELHO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL

CVS – CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIALI – DIVISÃO DE ALIMENTOS

DIPOA – DIVISÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

FDA - FOOD AND DRUG ADMINISTRATION

HACCP – HAZARD ANALYSIS CRITICAL CONTROL POINTS

IDEC – INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

INMETRO – INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL

IPEM – INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS

ISO – INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION

ITAL – INSTITUTO TECNOLÓGICO DE ALIMENTOS

MAA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

MDIC - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MERCOSUL – MERCADO COMUM DO SUL

MS – MINISTÉRIO DA SAÚDE

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

ONGs - ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

PAQP – PROGRAMA DE ANÁLISE DA QUALIDADE DE PRODUTOS

PBQP – PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

PIQs - PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE

PNAN – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

PROCON – COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

SIF – SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL

SINMETRO – SISTEMA NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION

TABAI, K.C. Avaliação dos resultados do programa de análise da qualidade de produtos do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial - INMETRO [Evaluation of the results of the program for the analysis of product quality of the National Institute of Metrology, Industrial Normalization and Quality – INMETRO]. Campinas, 2001, 139p. Tese (Doutorado em Ciência de Alimentos e Nutrição) – Departamento de Planejamento Alimentar e Nutrição, Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade Estadual de Campinas.

RESUMO

A realidade da política atual de controle de alimentos no País tem sido pouco estudada. Sendo assim, analisou-se o Programa de Análise da Qualidade de Produtos – PAQP, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO. Os objetivos deste estudo foram de caracterizar o programa, verificar sua influência nos órgãos governamentais fiscalizadores, analisar seu efeito para as empresas de alimentos e avaliar sua repercussão para os consumidores da cidade de Campinas - SP. A metodologia utilizada foi a avaliação de programas, procurando identificar e analisar principalmente os resultados ligados a promoção do controle de alimentos. A pesquisa foi realizada no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA/Ministério da Saúde – MS, na Divisão de Produtos de Origem Animal – DIPOA/Ministério da Agricultura e do Abastecimento – MAA, na Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos - ABIA, nas empresas de alimentos e ainda com os consumidores da cidade de Campinas - SP. Observou-se que os únicos alimentos analisados pelo PAQP do INMETRO que sofreram ações pelos órgãos governamentais fiscalizadores foram: composto líquido pronto para o consumo, pão de queijo, leites e seus derivados. Verificou-se que existia uma parceria do INMETRO com a Divisão de Produtos de Origem Animal – DIPOA/Ministério da Agricultura e do Abastecimento – MAA para as análises dos produtos laticínios, o que acarretou na aceitação dos resultados do programa para efetiva fiscalização. Além disso, observou-se que encontrava-se em fase de negociação a parceria do INMETRO com a

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, o que eliminaria a sobreposição de ações. Os efeitos do PAQP em onze indústrias alimentícias e seis atacadistas e varejistas da região de Campinas – SP foram verificados e observou-se que as empresas não confiavam na metodologia empregada pelo INMETRO e que desconheciam os procedimentos adotados pelo órgão, especialmente no que se referia a amostragem. As indústrias de alimentos se preocuparam mais especificamente com a influência da divulgação dos resultados das análises para os seus clientes, a saber os atacadistas e varejistas. Quanto à Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação – ABIA, o papel desempenhado foi de mediadora entre o INMETRO e as indústrias de alimentos. Em relação aos consumidores da cidade de Campinas, das 255 pessoas entrevistadas, 104 não conheciam o PAQP. Observou-se que as pessoas mais jovens, com níveis de renda e de instrução mais elevados estavam melhor informadas sobre o INMETRO e o PAQP. Os homens demonstraram conhecer mais o INMETRO, por outro lado quanto ao conhecimento do PAQP as respostas foram equilibradas entre ambos os sexos. Foram poucas as pessoas que se lembraram efetivamente dos produtos e das marcas analisadas, assim como das irregularidades apresentadas. De forma geral, os consumidores sabiam pouco a respeito do PAQP do INMETRO; por conseguinte os efeitos das divulgações do programa foram de caráter apenas imediato.

TABAI, K.C. Evaluation of the results of the program for the analysis of product quality of the National Institute of Metrology, Industrial Normalization and Quality – INMETRO. [Avaliação dos resultados do programa de análise da qualidade de produtos do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial - INMETRO]. Campinas, 2001, 139p. Tese (Doutorado em Ciência de Alimentos e Nutrição) – Departamento de Planejamento Alimentar e Nutrição, Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade Estadual de Campinas.

SUMMARY

The reality of current policies for food control in Brazil has been poorly little studied. Thus the Program for the Analysis of Product Quality - PAQP, developed by the National Institute of Metrology, Industrial Normalization and Quality – INMETRO, was evaluated. The objectives of this study were to characterize the program, verify its influence on government control bodies, analyze its effect on food industries and evaluate the repercussions for consumers in the city of Campinas, SP, Brazil. The methodology used was that of program evaluation, aiming at identifying and analyzing principally the results connected to the promotion of food control. The survey was carried out in the National Institute of Metrology, Industrial Normalization and Quality – INMETRO/ Ministry of Development, Industry and Commerce – MDIC, in the National Agency for Sanitary Control – ANVISA/ Ministry of Health – MS, in the Division of Products of Animal Origin – DIPOA/Ministry of Agriculture and Supply – MAA, in the Brazilian Association of Food Industries – ABIA, in food industries and with consumers in the city of Campinas, SP, Brazil. It was observed that the only foods analyzed by the program PAQP of INMETRO which suffered some action by the government control bodies were: ready to drink liquid compounds, cheese bread, milk and milk products. It was verify that an agreement existed between INMETRO and the Division of Products of Animal Origin – DIPOA of the Ministry of Agriculture and Supply – MAA, with respect to the analysis of milk products, which led to the acceptance of the results of the program for effective control purposes. An agreement between INMETRO and the National Agency for sanitary Control – ANVISA,

was at the negotiation stage, and this should eliminate overlapping of actions. The effects of the program PAQP in eleven food industries and six wholesalers and retailers in the Campinas region were verified, and it was observed that the industries did not confide in the methodology used by INMETRO, and were ignorant of the procedures adopted by that body, especially with respect to sampling. The food industries are more concerned about the effect the publishing of the results of these analyses will have on their clients, that is, on the wholesalers and retailers. The role played by the Brazilian Association of Food Industries – ABIA, was that of a mediator between INMETRO and the food industries. With respect to the consumers in the city of Campinas, of the 255 people interviewed, 104 knew nothing of the program PAQP. It was observed that the younger people with higher educational levels and incomes, were better informed about INMETRO and PAQP. The men demonstrated more knowledge of INMETRO, but on the other hand, the replies were similar with respect to PAQP. Few people effectively remembered which products and brands had been analyzed, nor which irregularities had been found. In general the consumers knew little about the program PAQP of INMETRO, and the effects of publishing the results of the program were of an immediate nature.

Introdução geral

A Organização Mundial de Saúde – OMS registra que os casos de doenças veiculadas por alimentos atingem anualmente, uma parcela da população, que supera o patamar de 30%, em países industrializados, entre os quais inclui-se o Brasil. Sabe-se que, devido a dificuldade de comprovação destas ocorrências no Brasil, os registros estatísticos raramente condizem com a realidade, mas segundo os dados do Centro Nacional de Epidemiologia do Ministério da Saúde, no ano de 2000 ocorreram mais de 7.000 casos de intoxicação por alimentos no País¹.

Acredita-se que os problemas de intoxicação alimentar ocasionados na população brasileira ocorram devido, em parte, à falta de prioridade dos órgãos públicos em defesa da saúde. No entanto, convém lembrar que a Política Nacional de Alimentação e Nutrição² tem como propósito: *“A garantia da qualidade dos alimentos colocados para o consumo no País, a promoção de práticas alimentares saudáveis e a prevenção e o controle dos distúrbios nutricionais.”*

A busca da qualidade dos produtos e serviços e a afirmação dos direitos dos consumidores foram os principais fenômenos de mercado que marcaram a última década no Brasil. O Código de Defesa do Consumidor foi promulgado na forma da lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990. Desde então, o cumprimento dos artigos do Código vem possibilitando o estabelecimento de novas relações entre os fabricantes, vendedores e compradores (BRASIL, 1991).

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO descreve que o papel dos consumidores, das organizações não-governamentais e das indústrias de alimentos são especialmente importantes para o efetivo controle dos alimentos e que a legislação deve reconhecer a importância da participação pública (FAO, 1993).

¹ Informações concedidas pelo diretor do Centro Nacional de Epidemiologia do Ministério da Saúde Dr. Jarbas Barbosa (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001).

Alguns autores descrevem que a melhoria do controle de alimentos, bem como a segurança de alimentos e a garantia de qualidade trazem benefícios a todos (BOUTRIF, 1995; CAMPBELL-PLATT, 1994).

Observa-se uma tendência crescente de atuação conjunta entre as organizações não-governamentais, as autoridades, os comerciantes e os consumidores com o propósito de garantir a inocuidade dos alimentos, nos países da América Latina bem como em outros países em desenvolvimento (ARNAULD, 1992; COSTARRICA & MORÓN, 1996).

Algumas pesquisas realizadas no País revelam que entre os principais fatores considerados pelos consumidores no momento da aquisição dos produtos alimentícios foi citado o fator qualidade (FAZIO *et alii*, 1997; SANTOS & GOÉS, 1995; SPERS & KASSOUF, 1996; TABAI, 1997).

A situação geral da política de controle de alimentos no Brasil é pouco conhecida, por isso tornou-se procedente o conhecimento de uma intervenção governamental em prol dos consumidores. Nesta pesquisa foram analisados os resultados alcançados com a implementação do Programa de Análise da Qualidade de Produtos – PAQP, para os gêneros alimentícios, que integra o Projeto de “Educação para o Consumo” desenvolvido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO. Espera-se, deste modo, contribuir para uma mais ampla avaliação do Programa, assim como para fornecer subsídios para possíveis reformulações, além de incentivar a realização de outras pesquisas.

Esta dissertação foi dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo consiste em apresentar os dados gerais sobre o controle de alimentos no Brasil, a intervenção governamental, o papel dos consumidores no controle de alimentos. Trata, também, das atividades do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial – INMETRO e seus respectivos programas.

² A Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNAN foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, em 6 de maio de 1999 (MS, 2001).

Os demais capítulos foram estruturados sob a forma de artigos que serão submetidos a publicação. Desse modo no segundo capítulo, foram analisadas as influências do PAQP do INMETRO nas ações governamentais. Discorreu-se ainda, nesta parte, sobre a caracterização do Programa de Análise da Qualidade de Produtos.

No terceiro capítulo, descreve-se a repercussão das ações do PAQP para as empresas de alimentos, analisando o conhecimento dos dirigentes empresariais a respeito do programa e sobre a metodologia empregada, bem como os efeitos gerais dos resultados das análises e das divulgações do PAQP do INMETRO pela imprensa para o setor privado.

No quarto capítulo apresenta-se os dados sobre a repercussão do PAQP para os consumidores da cidade de Campinas do Estado de São Paulo, o grau de conhecimento do INMETRO e do programa realizado pelo Instituto e os efeitos da divulgação dos resultados do programa para a aquisição dos produtos pela população.

Finalizando a tese, reuniu-se no último capítulo, com os registros das principais conclusões desta pesquisa que abrangeu os setores público e privado e os consumidores.

Referências bibliográficas

ARNAULD, J. Sécurité alimentaire des familles: rôle des NOS en Amérique Latine. **Food, Nutrition and Agriculture**, Rome, v. 2, p. 25-31, 1992.

BOUTRIF, E. FAO's integrated programme on food control. **Food, Nutrition and Agriculture**, Rome, n. 13/14, p. 41-47, 1995.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1991, 44p.

CAMPBELL-PLATT, G. Food control for consumers, regulators and producers. **Food Control**, Surrey, v.5, n.2, p. 99- 102, 1994.

COSTARRICA, M.L.; MORÓN, C. Estrategias para el mejoramiento de la calidad de los alimentos callejeros en América Latina y el Caribe. **Food, Nutrition and Agriculture**, Rome, n.17/18, p. 47-57, 1996.

FAZIO, G.; FURQUIM, M.F.; KASSOUF, A . L. Preocupações dos consumidores com qualidade de alimentos. **Preços Agrícolas**, Piracicaba, jan., p. 9-12 , 1997.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. FAO meeting on consumer participation in food control. **Food, Nutrition and Agriculture**, Rome, v. 2, n.8/9, p. 38 - 44, 1993.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – MS. **Dados estatísticos**. Disponível em: <http://www.saude.gov.br> Acesso em: 13 jun. 2001.

_____. **Política Nacional de Alimentação de Nutrição**. Disponível em: <http://www.saude.gov.br> Acesso em: 13 jun. 2001.

SANTOS, F.L.; GÓES, J.A.W. Código de defesa do consumidor: comportamento dos consumidores de alimentos na cidade de Salvador. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 9, n.37, p. 15-19, 1995.

SPERS, E. E.; KASSOUF, A . L. A segurança dos alimentos: uma preocupação crescente. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v.10, n.44, p. 18-21, 1996.

TABAI, K.C. **A prática da alimentação de crianças (3 a 24 meses de idade) das famílias de bairros rurais de Piracicaba - SP**. Campinas, 1997. 100p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Nutrição), Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade Estadual de Campinas.

Capítulo 1 - Controle de alimentos no Brasil

Intervenção governamental

Um sistema público de controle da qualidade de alimentos pode envolver diferentes regulamentações, tais como definição e fiscalização de padrões específicos para os processos, produtos, condições de venda e uso dos alimentos, e implementação de penalidades legais (SALAY, 2001). SIMÃO FILHO (1999) enfatiza a importância de um sistema de controle de alimentos ter entre os seus pressupostos a proteção dos consumidores contra agravos à saúde e garantia de seus direitos econômicos, particularmente em relação a fraudes.

No Brasil, os órgãos governamentais responsáveis pela legislação de alimentos são o Ministério da Saúde - MS e o Ministério da Agricultura e do Abastecimento - MAA. O Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial – INMETRO é o responsável pela metrologia nacional e delega aos Institutos de Pesos e Medidas – IPEMs, que atuam em todos os estados, a responsabilidade de executar a metrologia legal.

O Ministério da Saúde responsabiliza-se pelo controle de todos os alimentos industrializados, exceção feita aos produtos de origem animal e bebidas, pela formulação, acompanhamento e avaliação da política nacional de vigilância sanitária e das diretrizes gerais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. A ANVISA é responsável pela normatização, controle e fiscalização de produtos, substâncias e demais serviços da área da saúde³.

O Ministério da Agricultura e do Abastecimento – MAA, por meio do Serviço de Inspeção Federal – SIF, registra e fiscaliza os produtos de origem animal, mel, bebidas

³As competências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA do Ministério da Saúde estão definidas na Lei nº 9.782/99 (BRASIL, 1999).

alcoólicas e sucos. O MAA também atua desde o plantio, na área de agrotóxicos, no controle do transporte, armazenagem e agroindustrialização dos produtos alimentícios de origem animal e vegetal, nos centros de distribuição e na fiscalização destes produtos nos locais de comercialização (MIGUEL *et alii*, 2000).

O Ministério da Agricultura e do Abastecimento tem por objetivos “formular e viabilizar a implementação de políticas agrícolas, integrando os aspectos tecnológicos, sociais e de mercado, favorecendo a sustentabilidade da cadeia agroprodutiva, incentivando a inovação e a adoção de novas tecnologias, de maneira a assegurar a qualidade e a competitividade aos produtos e serviços brasileiros” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, 2000).

Para os alimentos cuja a responsabilidade recai sobre o Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, o controle da qualidade sanitária do alimento comercializado, em todas as etapas desde a produção até o consumo final, está regulamentado pelo Decreto Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969. Esse dispositivo legal versa sobre alguns mecanismos e instrumentos de controle importantes, tais como os Padrões de Identidade e Qualidade - PIQs, a fiscalização e o registro de alimentos. Enquanto a fiscalização exerce o controle sobre a qualidade do alimento verificando o processo de produção, o registro é o mecanismo de controle sobre a formulação e a rotulagem do produto dentro da unidade produtora (BRASIL, 1969).

A política de controle de alimentos no País determina que os estabelecimentos da área de alimentos adotem, sob responsabilidade técnica, as suas próprias Boas Práticas de Produção, seus Programas de Qualidade e atendam aos PIQs para Produtos e Serviços na área de alimentos, com o objetivo de estabelecer as orientações que permitam executar as atividades de inspeção sanitária por meio do Sistema de Avaliação dos Perigos em Pontos Críticos de Controle – APPCC (BRASIL, 1977, 1993 e 1997; SÃO PAULO, 1999). Todavia, apesar da sua importância para o alcance das metas para a consolidação da nova política de vigilância sanitária de alimentos no país, ainda são poucas as empresas que têm implementado efetivamente o sistema APPCC (BUCHWEITZ & SALAY, 2000).

A segurança do alimento para a população brasileira pode ser alcançada com o aprimoramento do programa de controle de alimentos⁴. No Brasil, falta prioridade política das ações sociais, particularmente de segurança do alimento, capazes de garantir acesso à quantidade e à qualidade dos alimentos. Para cumprir a legislação sanitária, o governo deverá articular e executar ações, da produção ao consumo, envolvendo o controle higiênico sanitário e relativas à composição nutricional dos alimentos (REZENDE & MARTINELLI, 1995; RICH & GONZALEZ, 1994; TORRANO, 1991). Com sistemas de controle eficazes, o País poderia participar mais ativamente inclusive no comércio mundial, como no caso do MERCOSUL (SALAY & CASWELL, 1998).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO e a Organização Mundial de Saúde - OMS, o Programa *Codex Alimentarius* foi criado em 1962 com o objetivo de facilitar o comércio internacional de alimentos, estabelecer práticas íntegras de comercialização, defender o consumidor, elaborar normas, códigos de prática, linhas de ação e recomendações, definindo assim padrões de desenvolvimento, fabricação e comercialização de produtos alimentícios. Estas normas exigidas pelo *Codex Alimentarius* sobre a aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias para a inocuidade dos alimentos são importantes para a proteção da saúde pública e para um bom desenvolvimento dos mercados internos e internacionais. (FAO, 1999). O Comitê Brasileiro do Codex tem a coordenação e secretaria exercida pelo INMETRO (MIRILLI *et alii*, 1996).

O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP foi resultante da intensificação da inserção da economia brasileira, nos últimos anos, no mercado mundial. Segundo o INMETRO, o PBQP promoveu, principalmente no setor industrial, a adoção de métodos de gestão empresarial para o enfrentamento de crescente competitividade, com o aprimoramento da qualidade de seus produtos e serviços. No entanto, de acordo com DARÓS (1997) o desempenho do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade –

4 Programa de controle de alimentos pode ser definido como “o serviço que visa o suprimento do alimento seguro e íntegro, protegendo os consumidores contra aqueles perigosos à saúde, adulterados e impróprios para o consumo humano” (FAO/OMS, 1976).

PBQP, como política pública para a melhoria da competitividade da indústria brasileira, revelou fragilidades, especialmente no tocante à formulação e implementação que impediram de alcançar com êxito os objetivos propostos.

O papel dos consumidores no controle de alimentos

As organizações que têm como meta o controle de alimentos têm enfatizado a importância da implantação de programas que visem a garantia do alimento seguro, especialmente em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil (ARIFFIN, 1993). Em virtude de ainda prevalecer as transações envolvendo os alimentos, sem o atendimento mínimo das condições de higiene, nesses países, a efetiva ação desses programas de controle de alimentos seria fundamental (FAO, 1997). Além disso, convém enfatizar a necessidade de se implantar, nos países em vias de desenvolvimento, programas de educação para o consumo (MORAIS & SILVA, 1997).

Os processos que visam ampliar o nível de conscientização dos consumidores sobre a importância da qualidade do alimento são observados principalmente em países desenvolvidos como os Estados Unidos e a Europa (FAO, 1993; SPERS & CHADDAD, 1997). A participação dos consumidores no controle dos alimentos nos Estados Unidos, por exemplo, é fortemente influenciada pela existência de uma agência como a *Food and Drug Administration* - FDA⁵ que promove, entre outros, programas como a educação para o consumo da população (GUILFORD, 1993).

Estudo realizado com os consumidores norte-americanos retratou o cuidado maior dessa população em ter assegurada a qualidade do alimento, mesmo que para isso fosse necessário o pagamento de valores mais elevados (BAKER & CROSBIE, 1994).

⁵ Em virtude das ocorrências de falsificações de medicamentos o governo brasileiro criou a ANVISA que pretende implementar ações, de forma similar à *Food and Drug Administration* – FDA, ou seja, ser o órgão cuja responsabilidade é garantir a segurança de medicamentos e alimentos no Brasil.

No Brasil, as indústrias de alimentos reconhecem que dependem da satisfação dos consumidores e que, para tanto, devem realizar os controles necessários, com vistas à garantia que seus produtos respondam de forma efetiva às expectativas dos consumidores em relação aos aspectos ligados à qualidade dos alimentos (AZEVEDO *et alii*, 1996). A criação do Código de Defesa do Consumidor e a atuação de órgãos como a Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, contribuíram de forma decisiva para essa preocupação da indústria.

Os órgãos que atuam tendo como objetivo os interesses dos consumidores, como por exemplo o PROCON e o IDEC passaram a ter papel decisivo após a promulgação do Código de Defesa do Consumidor. Essas entidades puderam agir, a partir das denúncias de cidadãos, que por deterem maior grau de informação, desse modo puderam intensificar a sua participação, com o objetivo de alcançar a melhoria da qualidade dos produtos, inclusive dos alimentos (VIEIRA, 1999).

Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO

O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, criado em 1973, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC. O INMETRO atua como Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO, órgão normativo do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - SINMETRO.⁶

⁶ A Lei nº 5.966 de 11 de dezembro de 1973 institui o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – SINMETRO, sendo regulamentado em 1978.

O INMETRO é o órgão responsável pela execução da política metrológica nacional. Para tanto, delega aos estados brasileiros a competência para executar a metrologia legal, por meio da atuação dos Institutos de Pesos e Medidas – IPEMs. Os IPEMs exercem a verificação e a fiscalização das medidas e dos instrumentos de medição⁷, dos produtos pré-medidos⁸ inclusive alimentícios, dos produtos têxteis, dos produtos de certificação compulsória e das condições do transporte rodoviário de produtos perigosos (INMETRO, 1998).

Além disso, o INMETRO é o responsável pelo credenciamento das entidades que promovem a certificação de sistemas de gestão da qualidade, além da divulgação das normas da série ISO 9000 no Brasil (CAMARGO, 1999). O Instituto também atua no apoio à integração do País no comércio internacional, promovendo, na medida do possível, a redução das barreiras técnicas de acordo com as regras da Organização Mundial de Comércio.

O INMETRO, por meio de um convênio com a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, tem ainda a responsabilidade de atuar nas questões ligadas à defesa dos consumidores. Quando a utilização de um produto puder comprometer a segurança ou a saúde do consumidor, o INMETRO torna obrigatória a Certificação⁹ deste produto.

Com o objetivo de informar melhor o consumidor brasileiro, o INMETRO implementou, em 1996, o Projeto Estratégico “Educação para o Consumo”. O Projeto Estratégico “Educação para o Consumo” divide-se em dois programas: o Programa de Análise da Qualidade de Produtos e o Programa de Educação dos Consumidores (INMETRO, 1998).

⁷ “Instrumento de medição é o dispositivo utilizado para realizar uma medição. No âmbito da metrologia legal, os instrumentos de medição são utilizados no comércio, nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente e na definição ou aplicação de penalidades” (INMETRO, 1998).

⁸ “Pré-medido é todo e qualquer produto embalado e/ou medido sem a presença do consumidor e que estejam em condições de comercialização” (INMETRO, 1998).

⁹ “A certificação é o meio de atestar que o produto foi fabricado de forma a atender aos requisitos de uma Norma ou Regulamento Técnico. A certificação é feita por Organismos de Certificação Credenciados - OCC no Sistema Brasileiro de Certificação. Quando um produto, por não estar de acordo com os requisitos da norma, pode afetar a saúde ou a segurança do consumidor, o INMETRO ou órgão governamental pode tornar a certificação deste produto obrigatória (compulsória)” (INMETRO, 1998).

O Programa de Análise da Qualidade de Produtos – PAQP analisa uma série de produtos inclusive de origem alimentar, por meio de ensaio laboratorial e divulga os resultados dos exames para a população, em geral, através da imprensa.

O PAQP¹⁰ tem por objetivos: “prover mecanismos para manter o consumidor brasileiro informado sobre a adequação dos produtos aos Regulamentos e Normas Técnicas, contribuindo para que faça a escolha melhor fundamentada e consciente de seus direitos e responsabilidades; diferenciar os produtos disponíveis no mercado nacional em relação à sua qualidade, tornando a concorrência mais equalizada; fornecer subsídios para a indústria nacional melhorar continuamente a qualidade” (INMETRO, 1998).

O Programa de Educação dos Consumidores do INMETRO encontra-se em fase de implementação. Ressalta-se que tem entre suas metas “desenvolver um conjunto de ações integradas de caráter educativo, promovendo na sociedade brasileira um movimento de cidadania, levando-a a alcançar um adequado nível de conscientização de cada cidadão enquanto consumidor, de forma que a relação fornecedor - consumidor caracterize-se pelo respeito mútuo” (INMETRO, 1998).

Merece destaque também os objetivos de: “desenvolver e implementar um sistema de informações aos consumidores que contribua para adequadas decisões de compra; contribuir com os setores produtivos no estabelecimento e implantação das estratégias e ações de gestão empresarial; subsidiar reportagens produzidas pela mídia relativas às relações de consumo, particularmente aquelas destinadas à defesa dos consumidores; subsidiar órgãos e entidades de defesa dos consumidores bem como programas destinados a educação dos consumidores com informações relativas às decisões de compra, uso e descarte de produtos e serviços”(INMETRO, 1998).

Inserida nos objetivos do PBQP, existe uma meta mobilizadora nacional que registra: “educar através do sistema básico de ensino e disponibilizar um sistema de

¹⁰ O detalhamento sobre o Programa de Análise da Qualidade de Produtos - PAQP, bem como suas diretrizes e procedimentos metodológicos foram abordados no segundo capítulo que trata sobre a influência do PAQP nas ações governamentais.

informações ao consumidor com taxa crescente de utilização de 10% ao ano, de modo que seja conhecido por 10 milhões de cidadãos, até o ano 2003.”

Além desse Projeto Estratégico “Educação para o Consumo”, o INMETRO participa da coordenação do “Projeto Estratégico Conscientização e Educação do Consumidor e do Usuário”. Esse projeto é um dos integrantes do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade - PBQP, desenvolvido pelo Governo Federal. Entre outros, merece destaque, a sua atuação em ações para a informação, esclarecimento, organização e conscientização dos consumidores e usuários, salienta-se que, entre suas atividades, pode-se citar como exemplo os testes laboratoriais de produtos, com vistas a avaliação de sua qualidade e requisitos referentes à sua segurança, saúde e proteção ao meio ambiente, sem mencionar aspectos jurídicos, econômicos e técnicos envolvidos, além do apoio, a formação de pessoal especializado em questões relativas à defesa do consumidor e ao fortalecimento do movimento de consumidores no Brasil.

Referências bibliográficas

ARIFFIN, A. Food control and consumer affairs in developing countries. **Food, Nutrition and Agriculture**, Rome, v.8/9, n.2, p.24-31,1993.

AZEVEDO, P.R.; REGO, R. A. ; NITZ, M.; VERAS, A .; FERRAZ, P. Consumidores e legislação aproximam indústrias da qualidade. **Engenharia de Alimentos**, São Paulo, v.1, n.5, p. 20-36, 1996.

BAKER, G.A.; CROSBIE, P.J. Consumer preferences for food safety attributes: a market segment approach. **Agribusiness**, New York, v.10, n.4, p. 319-324, 1994.

BRASIL. Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969. “Institui normas básicas sobre alimentos”. In: FOOD STAFF (Comp.). **Food base: legislação sobre alimentos**. São Paulo: ABIA, 1996. CD-ROM. Produzido por Vox Editora.

_____. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. “Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências”. Brasília. Presidência da República, 1977. 5p.

_____. Portaria nº 1428 de 26 de novembro de 1993. Aprova o “Regulamento Técnico para Inspeção Sanitária de Alimentos”, as “Diretrizes para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e Prestação de Serviços na Área de Alimentos” e “Regulamento Técnico para o Estabelecimento de Padrão de Identidade e Qualidade (PIQ,s) para serviços e produtos na área de Alimentos”. **Diário Oficial**. Brasília, 2 dez. 1993. Seção I, p, 18415.

_____. Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. “Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências”. **Diário Oficial**. Brasília, 27 jan. 1999. Seção I, p, 1.

_____. Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997. Aprova o “Regulamento Técnico para Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos”. **Diário Oficial**. Brasília, 1 ago. 1997. Seção I, p, 16560.

BUCHWEITZ, M. R.; SALAY, E. Analysis of implementation and costs of HACCP system in foodservices industries in the county of Campinas, Brazil. In: Unnevehr, L.J. **The Economics of HACCP Costs and Benefits**. Minnesota, Eagan Press, p.335-346, 2000.

CAMARGO JR., B.D.S. Metrologia como ferramenta para qualidade em sistemas certificados Conforme ISO 9000. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, Bragança Paulista, v.4, n.2, p.57-72,1999.

DARÓS, M. M. **O programa brasileiro de qualidade e produtividade: uma análise de política**. Campinas, 1997. 126p. Dissertação (Mestrado), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. FAO meeting on consumer participation in food control. **Food, Nutrition and Agriculture**, Rome, v. 2, n.8/9, p. 38 - 44, 1993.

_____. **Street foods**. Alimentation de rue report an FAO technical meeting on street foods, Rome, s.n., 1997. 78p.

_____. **Risk analysis**. Disponível em: <http://www.fao.org/WAICENT/FAOINFO/ECONOMIC/ESN/risk/risktest.htm> Acesso em: 12 Nov. 1999.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO/WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Guidelines for developing an effective national food control system**. FAO Food Control Serie n.1, Rome, 1976.

GUILFORD, C.T. Involving consumers in food control in the United States. **Food, Nutrition and Agriculture**, Rome, v. 2, n.8/9, p. 32-37, 1993.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL – INMETRO. **Programa de educação para o consumo**. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br>. Acesso em: 19 fev.1998.

MORAIS, V.S.P.; SILVA, N.M. Estudo exploratório sobre a necessidade de educação do consumidor. **Oikos**, Viçosa, v.10, n.1, p. 23-43, 1997.

MIGUEL, M.; LAMARDO, L. C. A.; GALVÃO, M. S.; NAVAS, S. A . GARBELOTTI, M.L.; BRANCIFORTE, M. Legislação em higiene alimentar e suas aplicações. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v.11, n. 68/69, p.107- 114, 2000.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - MAA. **Secretaria de defesa agropecuária**. Disponível em: <http://www.defesaagropecuaria.gov.br> Acesso em: 07 abr. 2000.

MIRILLI, J.C.; RESENDE, M.T.R.; MARTINELLI, M.A . Atualização sobre as atividades do Codex Alimentarius. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v.10, n.46, 1996.

REZENDE, M.T.R.; MARTINELLI, M.A . O codex alimentarius e a região latino americana e caribenha em 1995. **Revista INMETRO**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 8-9, 1995.

RICHA, N.M.; GONZALEZ, T.C. Segurança, saúde e meio ambiente. **Revista INMETRO**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 5-7, 1994.

SALAY, E.; CASWELL, J. Developments in brazilian food safety policy. **The International Food and Agribusiness Management Review**, Greenwich, v.1, n.2, p. 167-177, 1998.

SALAY, E. **Alimento seguro: desafios para os setores público e privado**. In: Livro do III Simpósio Latino Americano de Ciência de Alimentos, Campinas – SP, 2001 (No prelo).

SÃO PAULO (Estado). Leis, etc, Portaria CVS-6 de 10 de março de 1999. Aprova o Regulamento Técnico que estabelece os Parâmetros e Critérios para o Controle Higiênico-Sanitário em Estabelecimentos de Alimentos. **Diário Oficial**. Estado de São Paulo. 12 mar. 1999. Seção I, p.24-27.

SIMÃO FILHO, P. Impacto das novas regulamentações para a indústria de alimentos. In: **Livro de Programas e Resumos do III Simpósio Latino Americano de Ciência de Alimentos**, Campinas – SP, 1999.

SPERS, E.E.; CHADDAD, F.R. Política de qualidade e segurança alimentar na Europa. **Preços Agrícolas**, Piracicaba, jan., p. 13-15, 1997.

TORRANO, A .D.M. Perspectiva para uma moderna política de vigilância sanitária de alimentos no Brasil. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v.5, n.19, p. 14 -17, 1991.

VIEIRA, C.M. **A contribuição dos organismos de consumidores para a promoção da qualidade dos alimentos**. Campinas, 1999. 161p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Nutrição), Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade Estadual de Campinas.

Capítulo 2 – O PROGRAMA DE ANÁLISE DA QUALIDADE DE PRODUTOS DO INMETRO: OS RESULTADOS NAS AÇÕES DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS FISCALIZADORES DE ALIMENTOS

Resumo

Esta pesquisa pretende identificar e analisar os efeitos do Programa de Análise da Qualidade de Produtos (PAQP) do INMETRO sobre os órgãos fiscalizadores de alimentos. O PAQP analisa a qualidade de produtos e depois divulga os resultados pela imprensa, assim como, encaminha os laudos para os órgãos governamentais responsáveis pela regulamentação e fiscalização, principalmente em casos de irregularidades que possam comprometer a saúde da população. Os resultados do PAQP para os produtos de origem alimentar foram estudados de 1996 a 1999. Coletou-se os dados por meio de entrevistas realizadas no INMETRO e nos órgãos fiscalizadores em 1999 e 2000, e também por análise documental. Os produtos alimentícios que demandaram ações de órgãos fiscalizadores foram: composto líquido pronto para o consumo, pão de queijo, leites e seus derivados. O composto líquido apresentou irregularidade no tocante à rotulagem, da totalidade dos produtos comercializados no Brasil. Em consequência disto, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA do Ministério da Saúde – MS acatou integralmente os resultados, pois não foram necessárias análises laboratoriais. Destaca-se também que determinou que fosse interditada a comercialização desses produtos até a efetiva correção nos rótulos. No caso do pão de queijo, a ANVISA encaminhou os resultados para o Centro de Vigilância Sanitária de Belo Horizonte que ficou encarregado de resolver os problemas detectados. Quanto aos leites e seus derivados, a parceria do INMETRO com a Divisão de Produtos de Origem Animal – DIPOA do Ministério da Agricultura e do Abastecimento – MAA para as análises desses produtos, propiciou a aceitação dos resultados para que viabilizasse a efetiva fiscalização, seguindo-se de autos de infração para alguns fabricantes e em interdição, tendo em vista a confirmação de contaminação microbiológica grave, de linha de produção de uma fábrica de laticínios. Até o momento pode se verificar que

encontrava-se em fase de negociação a parceria do INMETRO com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - MS, visando a eliminação da sobreposição de ações. É importante salientar que produtos com irregularidades que não comprometem a saúde podem estar lesando o consumidor, inclusive economicamente. A concretização de parcerias para viabilizar a coordenação das ações poderia melhorar a eficácia do sistema de controle de alimentos no Brasil.

Termos de indexação: alimento seguro, controle de alimentos, qualidade, programas governamentais, políticas de qualidade.

THE PROGRAM FOR THE ANALYSIS OF THE QUALITY OF PRODUCTS OF THE INMETRO: THE RESULTS OF IN ACTIONS BY GOVERNMENT FOOD CONTROL BODIES

Summary

An effort was made to evaluate the effects of the INMETRO Program for the Analysis of the Quality of Food Products on government control bodies. The results of the analyses carried out in this program are divulged in the press and the reports sent to the appropriate government bodies responsible for regulation and control, especially in the cases of irregularities which could compromise public health. The results of the program PAQP for products of food origin were analyzed for the years 1996 to 1999. The data were collected by way of interviews in INMETRO and the control bodies in 1999 and 2000, and also by consulting documents. The food products which led to government action were: ready to drink liquid compounds, cheese bread, milk and milk products. The liquid compound presented an irregularity on the label of all the products commercialized in Brazil. So, the National Agency for Sanitary Control – ANVISA, of the Ministry of Health – MS, accepted the results as they were, since there was no need for laboratory analyses, and determined that the commercialization of these products be prohibited until the effective correction of the labels. With respect to the cheese bread, ANVISA sent the results to the respective Center for Sanitary Control, for them to instigate a solution for the problem detected. With respect to the milk and milk products, the agreement between INMETRO and the Division of Products of Animal Origin – DIPOA, of the Ministry of Agriculture and Supply – MAA, allowed for the acceptance of the results for effective control action, resulting in lawsuits based on the infractions committed by some factories and the interdiction of the production line of one dairy factory, due to confirmation of serious microbiological contamination. Up to the finalization of this survey, an agreement between INMETRO and the National Agency for Sanitary Control – MS, continued in the negotiation stage – such an agreement would eliminate overlapping of actions. It is important to note that products with irregularities which do not compromise public health

could be robbing the consumer. The signing of agreements with government institutions could improve the efficacy of the system of food control in Brazil.

Index terms: food safety, food control, quality, government programmes, quality policy.

Introdução

A Organização Mundial da Saúde recomenda que se implemente processos de análises dos atuais programas nacionais de controle de alimentos¹¹. Tal procedimento, possibilitaria a identificação de problemas, freqüentemente relatados, pela falta de segurança do alimento e o desenvolvimento de políticas nacionais (MIYAGISHIMA *et alii*, 1995; WHO, 1984).

No Brasil, os principais órgãos que executam ações relacionadas ao controle de alimentos são o Ministério da Saúde - MS, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento - MAA, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC e o Ministério da Justiça (SALAY & CASWELL, 1998).

Neste contexto, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO é encarregado de executar a Política Metrológica Nacional e delega aos estados brasileiros, por meio dos Institutos de Pesos e Medidas, a competência para executar a metrologia legal atuando na regulamentação dos produtos pré-medidos¹² e dos instrumentos de medição¹³, para garantir a correção das medidas utilizadas nas transações comerciais. Esse Instituto foi criado em 1973 e é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que atua como Secretaria Executiva

¹¹ O programa de controle de alimentos é definido como: "o serviço que visa o suprimento do alimento seguro e íntegro, protegendo os consumidores contra aqueles perigosos à saúde, adulterados e impróprios para o consumo humano" (FAO/OMS, 1976).

¹² "Pré-medido é todo e qualquer produto embalado e/ou medido sem a presença do consumidor e que estejam em condições de comercialização. Atualmente representam 85% de tudo aquilo que consumimos. Ao adquirirmos estes produtos significa que eles já foram mensurados sendo obrigatório a impressão da quantidade pesada ou medida em suas embalagens ou em seu próprio corpo, o que chama-se de indicação quantitativa. Essa obrigatoriedade é para orientar os consumidores no momento da sua aquisição e para permitir que o INMETRO através da Rede Nacional de Metrologia Legal fiscalize constantemente tais produtos, visando garantir ao consumidor que a quantidade do produto embalado é exatamente igual a quantidade declarada na sua embalagem" (INMETRO, 1998).

¹³ "Instrumento de medição é o dispositivo utilizado para realizar uma medição. No âmbito da metrologia legal, os instrumentos de medição são utilizados no comércio, nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente e na definição ou aplicação de penalidades (efeito fiscal). São exemplos no comércio: balança, hidrômetro, taxímetro, bomba medidora de combustível. Os instrumentos de medição sujeitos ao controle metrológico apresentam selos que impede seu uso indevido e etiqueta identificando a validade da última verificação metrológica na forma "verificado" (INMETRO, 1998).

o Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO¹⁴.

A política de inserção da economia brasileira no mercado mundial, no início dos anos 90, gerou o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP, que possui como um dos seus projetos o “Projeto Estratégico Conscientização e Educação do Consumidor e do Usuário”. Esse programa é desenvolvido pelo Governo Federal e coordenado pelo INMETRO, que atua também em ações para a informação, esclarecimento, organização e conscientização dos consumidores e usuários, como por exemplo em testes laboratoriais de produtos, visando avaliar sua qualidade e requisitos referentes à sua segurança, saúde e proteção ao meio ambiente, aspectos jurídicos, econômicos e técnicos (INMETRO, 1998).

Segundo o INMETRO, a vulnerabilidade dos consumidores incentivou a definir, como uma de suas estratégias, o estabelecimento de um processo de conscientização da população, com o objetivo de aumentar a participação dos consumidores brasileiros no processo de melhoria da qualidade dos produtos disponíveis no mercado e também a maior conscientização dos empresários para a busca da melhoria da qualidade. Assim, a partir de 1996, foi criado o Programa de Análise da Qualidade de Produtos, incluindo os alimentos (INMETRO, 1998).

Infelizmente, é importante o número de produtos de origem alimentar com atributos de qualidade inadequados no País (IDEC, 1999). Na verdade, apesar da existência de setores altamente eficientes, ainda observa-se ineficiências no sistema de controle de alimentos no Brasil. Destaca-se a suposta integração insatisfatória entre as atividades de diferentes instituições governamentais. Neste sentido, decidiu-se estudar o Programa de Análise da Qualidade de Produtos do INMETRO, verificando sua influência nas atividades

¹⁴ Órgão normativo do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - SINMETRO. A Lei nº 5.966 de 11 de dezembro de 1973 institui o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – SINMETRO, sendo regulamentado em 1978 (INMETRO, 1997).

de órgãos governamentais responsáveis pelo controle e fiscalização de alimentos, isto é, o Ministério da Saúde e o Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Procedimentos metodológicos

Várias são as definições de avaliação; a FAO por exemplo, descreve que “a avaliação é uma análise crítica das realizações e resultados de um projeto em relação aos objetivos previstos, as hipóteses e estratégias fundamentais e o destino de recursos” (FAO, 1984 *apud* AGUILAR & ANDER-EGG, 1995). COHEN & FRANCO (1988) consideram que é por meio da avaliação de projetos sociais que se consegue contribuir com informações sobre o impacto das políticas sociais, permitindo a reorientação de programas e projetos, a fim de alcançar as metas e os objetivos propostos. Ainda de acordo com esses autores, o tipo de avaliação depende da natureza e objetivos específicos de cada estudo.

De acordo com AGUILAR & ANDER-EGG (1995) na avaliação de resultados, por exemplo, é necessário investigar, entre outros aspectos, se os programas são efetivos quanto à consecução dos objetivos, se os resultados dos programas podem ser atribuídos a processos alternativos exógenos a eles; identificar os resultados ou efeitos não previstos que surgiram como consequência da execução dos programas, analisar o nível de implantação dos programas no contexto social em que se executa e averiguar em que mudou a situação-problema que deu origem aos programas, como consequência de sua realização.

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa utilizou-se a modalidade de avaliação de resultados. Assim, o Programa de Análise da Qualidade dos Alimentos foi estudado quanto aos seus resultados para os órgãos governamentais, que são responsáveis pelo controle e fiscalização de alimentos. Para tanto, adotou-se o arsenal teórico da avaliação de programas públicos (WHO 1989 e 1996). Além desses estudos sobre avaliação de políticas e programas públicos, serviram como referencial metodológico para a presente pesquisa outros trabalhos como os de RISSATTO (1999), SALAY & CARVALHO (1995 e 1996) e VIEIRA (1999).

Esta pesquisa avaliou o PAQP conduzido pelo INMETRO enfatizando, exclusivamente os aspectos relacionados aos produtos alimentícios. Considerou-se o período entre os anos de 1996 (implantação) e 1999 do “Projeto de Educação para o Consumo”. O PAQP caracteriza-se por efetuar a análise de conformidade de produtos em relação às normas ou aos regulamentos técnicos e divulgar os resultados das análises, adotando-se os meios de comunicação. De acordo com o procedimento geral recomendado no PAQP do INMETRO, após o recebimento dos laudos, cópias dos resultados são enviadas para os Ministérios da Saúde e da Agricultura e do Abastecimento principalmente em caso de constatação de problemas com a qualidade do alimento que comprometam a saúde pública (INMETRO, 1999a).

Para o alcance dos objetivos da pesquisa, foram visitados os seguintes órgãos governamentais:

- o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO que conduz o PAQP.
- o Ministério da Saúde, que é o responsável pelo controle de todos os alimentos industrializados, com exceção de produtos de origem animal e bebidas. Esse Ministério formula, acompanha e avalia a política nacional de vigilância sanitária e as diretrizes gerais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA normatiza, controla e fiscaliza produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde.¹⁵
- o Ministério da Agricultura e do Abastecimento que atua na área de agrotóxicos, desde o plantio, controle de transporte, armazenagem e agroindustrialização dos produtos alimentícios de origem animal e vegetal, até os centros de distribuição,

¹⁵ As competências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA do Ministério da Saúde estão definidas na Lei nº 9.782/99 e amparadas pela Lei nº 8.080/90 e pela Constituição Federal de 1988. As legislações específicas na área alimentícia estão relatadas no decreto Lei nº 986/69, Portaria do Ministério da Saúde nº 1.428/93, Portaria SVS nº 326/97. E a Lei nº 6.437/77, configura as infrações à Legislação Sanitária Federal (BRASIL, 1969, 1977, 1988, 1991, 1993, 1997, 1999 e 2000; DIAS, 1988; SÃO PAULO, 1999).

além de supervisionar estes produtos nos locais de comercialização. Os produtos de origem animal (leite e derivados, pescados, carnes e derivados), mel, bebidas alcoólicas e sucos são registrados e fiscalizados pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento por meio do Serviço de Inspeção Federal – SIF (MIGUEL *et alii*, 2000).

Instrumento e trabalho de campo

Os instrumentos metodológicos utilizados para a obtenção dos dados foram:

- entrevistas com os responsáveis técnicos pelos órgãos governamentais, empregando-se questionários contendo questões estruturadas e semi-estruturadas. Foram realizadas entrevistas com a Diretora do Programa de Análise da Qualidade de Produtos do INMETRO, em janeiro de 1999 e com um engenheiro técnico do PAQP em janeiro de 2000, com a Gerente de Inspeção e Controle de Riscos de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária em dezembro de 1999, com o Gerente de Inspeção Vegetal no MAA no Setor de Bebidas, no mesmo período. O Gerente de Inspeção de Leite e Derivados na Divisão de Produtos de Origem Animal foi entrevistado em abril de 2000.
- utilizou-se também a consulta da documentação disponível no acervo e os dados de documentos governamentais (leis, regimentos, atas, processos, etc.), banco de dados (INMETRO) e literatura científica.

Para caracterizar o Programa de Análise da Qualidade de Produtos e avaliar seus resultados no sistema de controle de alimentos dos órgãos governamentais, foram estabelecidos indicadores quantitativos e qualitativos. Os dados sobre as ações decorrentes do Programa realizado pelo INMETRO, foram apresentados de forma descritiva. A seguir, apresentam-se os indicadores selecionados.

Caracterização do Programa de Análise da Qualidade de Produtos:

1. Objetivos do PAQP;
2. Diretrizes do Programa;
3. Procedimentos metodológicos do PAQP;
4. Número de análises realizadas em produtos alimentícios de 1996 a 1999.

Análise dos resultados do Programa para os órgãos governamentais que são responsáveis pela fiscalização de alimentos:

1. Atitudes de técnicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - MS e do Ministério da Agricultura e do Abastecimento – MAA sobre a atuação do PAQP;
2. Ações do MS e MAA em relação aos produtos não-conforme;
3. Estabelecimento de parcerias do INMETRO com o MS e o MAA.

Resultados

Caracterização do Programa de Análise da Qualidade de Produtos do INMETRO

Objetivos, diretrizes e procedimentos metodológicos

O PAQP tem por objetivos: “prover mecanismos para manter o consumidor brasileiro informado sobre a adequação dos produtos aos Regulamentos e Normas Técnicas, contribuindo para que faça a escolha melhor fundamentada e consciente de seus direitos e responsabilidades; diferenciar os produtos disponíveis no mercado nacional em relação à sua qualidade, tornando a concorrência mais equalizada; fornecer subsídios para a indústria nacional melhorar continuamente a qualidade de seus produtos e serviços; tornar o consumidor parte efetiva do processo de melhoria do setor produtivo nacional” (INMETRO, 1997).

Para levar a cabo esses objetivos, o INMETRO definiu as seguintes diretrizes:

- “priorizar os produtos a serem analisados, levando-se em consideração os aspectos ligados à saúde, segurança e meio ambiente e as demandas oriundas da Secretaria de Direito Econômico;
- selecionar aqueles de uso extensivo pela sociedade e que os PROCONs e os organismos de defesa dos consumidores revelem apresentar maior incidência de não-conformidades; procurar abranger fabricantes das diferentes regiões do País e estrangeiros disponíveis no mercado nacional;
- identificar, sempre, um Regulamento Técnico ou Norma Nacional, Internacional ou Estrangeira, baseada na qual os produtos sejam analisados;
- efetuar análises, sempre que possível, em Laboratórios Credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio, sendo que nos casos de não existência, utilizar laboratórios que tenham reconhecida capacitação técnica para efetuar o ensaio considerado;
- dar ampla divulgação ao programa, e principalmente a seus resultados, junto aos diversos segmentos da sociedade e à imprensa;

- utilizar os resultados dos ensaios, não só para informar os consumidores quanto à qualidade dos produtos disponíveis no mercado nacional, mas também para desenvolver um trabalho de conscientização junto aos respectivos fabricantes, objetivando motivá-los a desenvolver ações de melhoria da qualidade de seus produtos, evitando-se a adoção de medidas punitivas” (INMETRO, 1997).

Quanto aos procedimentos metodológicos adotados pelo PAQP para a análise dos produtos, salienta-se que inicialmente seleciona-se os produtos, em seguida elabora-se o cronograma discriminando aqueles que serão analisados e as datas programadas para emissão do relatório que será enviado à presidência do INMETRO e demais setores do Instituto e também aos representantes das indústrias, governo e consumidores. A seguir, define-se o responsável técnico pela análise, após o que realiza-se a seleção do regulamento ou norma técnica aplicável e do órgão responsável pela regulamentação ou fiscalização do produto ou serviço a ser analisado, consultam-se as entidades representativas dos fabricantes e seleciona-se o laboratório credenciado, previamente, na Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio ou em laboratório reconhecido pelo órgão de regulamentação e fiscalização que será responsável pelos ensaios (INMETRO, 1999a).

Na sequência, elabora-se a pesquisa de mercado em diferentes regiões do País, selecionam-se os ensaios a serem realizados, define-se a metodologia de análise e a amostragem sob a ótica do consumidor individual (e não visando a aprovação de lote para controle da qualidade na fabricação); marcas a serem analisadas são escolhidas e efetua-se a compra das amostras enfatizando as questões ligadas à integridade das embalagens, à observação dos prazos de validade e às condições de conservação, manuseio, armazenamento e transporte (INMETRO, 1999a).

Dando continuidade aos procedimentos, realizam-se os ensaios para verificação da conformidade dos produtos com as Normas e Regulamentos Técnicos específicos. Preliminarmente os resultados dos ensaios são divulgados para os fabricantes dos produtos analisados e estabelece-se um prazo mínimo de cinco dias úteis para manifestação dos mesmos. Posteriormente encaminham-se os laudos que registram resultados que possam comprometer a saúde da população aos órgãos responsáveis pela regulamentação e fiscalização e também às entidades representativas dos fabricantes sem que haja

identificação das marcas e seus respectivos fabricantes. Novos ensaios são realizados quando houver necessidade de identificação da extensão das não-conformidade observadas e quando existir a possibilidade de erro na condução dos ensaios.

Finalmente, elabora-se o relatório interno para o INMETRO, divulgam-se os resultados das análises junto aos órgãos de imprensa e demais órgãos interessados, definem-se medidas posteriores em caso de necessidade de medidas de melhoria dos produtos ou serviços com os representantes dos envolvidos e acompanha-se o controle do desempenho do programa por meio dos indicadores de desempenho, comparando os resultados obtidos com as metas previstas (INMETRO, 1999a).

Análises de alimentos

O Programa de Análise da Qualidade de Produtos do INMETRO avaliou, durante os primeiros quatro anos de funcionamento (1996 - 1999), 59 produtos de origem alimentar, envolvendo 567 fabricantes e 638 marcas. Em 1996 foram analisados 23 produtos, no ano de 1997 o número foi de apenas 8 e em 1998 e 1999 foram analisados 16 e 12 produtos, respectivamente (Tabela 1).

Ao verificar o percentual de conformidade do produto alimentício, observou-se que a conformidade do produto importado foi superior quando comparado ao nacional. Dos produtos alimentícios que apresentaram irregularidades ($N = 19$), 11 deles segundo o INMETRO, não representavam risco para a saúde pública. Note-se no entanto que, em 8 produtos as condições de não-conformidade poderiam comprometer a saúde dos indivíduos (Tabela 1). A Tabela 2 apresenta a totalidade dos alimentos e bebidas analisados entre 1996 e 1999 e os respectivos percentuais de conformidade. Note-se que no ano de 1996 os produtos com os percentuais de conformidade igual ou inferior a 50,0% foram: a cachaça, o coco ralado, a cocada, o fubá, o figo seco, a paçoca e o pé de moleque. Os problemas

identificados referem-se basicamente a presença de bolores e leveduras e o teor de aflatoxina maior do que o tolerado pela legislação¹⁶.

¹⁶ Convém ressaltar que, a aflatoxina causa sérios danos a saúde dos indivíduos por serem altamente tóxicas (SALAY *et alii*, 2001). Portanto, esse alto índice de aflatoxina encontrado nos alimentos merece total atenção pelos órgãos governamentais fiscalizadores.

Tabela 1 – Análises de conformidade da qualidade dos produtos de origem alimentar, realizadas pelo Programa de Análise da Qualidade de Produtos – PAQP em 1996 - 1999.

	Período									
	1996		1997		1998		1999		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Produtos de origem alimentar	23	38,9	8	13,6	16	27,2	12	20,3	59	100,0
Fabricantes	139	24,5	115	20,3	159	28,0	154	27,2	567	100,0
Total marcas	141	22,1	121	19,0	215	33,7	161	25,2	638	100,0
Total nacional	111	19,8	112	20,0	198	35,4	139	24,8	560	100,0
Total importado	38	44,2	9	10,4	17	19,8	22	25,6	86	100,0
Total nacional não-conforme	30	15,5	41	21,1	62	32,0	61	31,4	194	100,0
Total importado não-conforme	1	4,7	4	19,1	5	23,8	11	52,4	21	100,0
Produtos não-conformes sem riscos para saúde pública	7	63,6	0	0,0	3	27,3	1	9,1	11	100,0
Produtos não-conformes com riscos para saúde pública	0	0,0	3	37,5	0	0,0	5	62,5	8	100,0

Fonte: INMETRO, 2000.

Tabela 2 – Percentual de conformidade¹⁷ de produtos de origem alimentar analisados pelo Programa de Análise da Qualidade de Produtos - PAQP de 1996 a 1999.

1996		1997		1998		1999	
Produtos de origem alimentar	%	Produtos de origem alimentar	%	Produtos de origem alimentar	%	Produtos de origem alimentar	%
Água mineral	94,0	Água mineral em garrafão	96,0	Amendoim	67,0	Açúcar refinado	67,0
Amêndoa	100,0	Gelo filtrado em cubos	67,0	Café torrado e moído	69,0	Composto líquido pronto para o consumo	0,0
Amendoim	60,0	Leite tipo B	30,0	Carne seca	0,0	Leite B	33,0
Azeite	100,0	Leite tipo C	34,0	Cereais de milho	91,0	Leite C	41,0
Bacalhau	100,0	Polpa da fruta	64,0	Chá	58,0	Leite UHT	81,0
Cachaça	44,0	Queijo minas frescal	8,0	Fruta	65,0	Macarrão	80,0
Canela	80,0	Sal	67,0	<i>Jerked beef</i>	0,0	Palmito em conserva	94,0
Castanha do Pará	100,0	Vinagre	77,0	Legume	75,0	Pão de forma	9,0
Cocada	33,0			Leite em pó integral	67,0	Pão de queijo	18,0
Coco ralado	17,0			Ovo de páscoa	100,0	Preparado sólido artificial para refresco	92,0
Colorau	80,0			Produtos de milho	93,0	Queijo minas frescal	50,0
Cominho	100,0			Produtos de tomate	69,0	Queijo prato	36,0
Figo seco	50,0			Salsicha	0,0		
Fubá	40,0			<i>Snacks</i> de milho	67,0		
Maria mole	100,0			Sorvete	76,0		
Mel	100,0			Verdura	67,0		
Nozes	100,0						
Orégano	100,0						
Ovo de páscoa	88,0						
Paçoca	50,0						
Panetone	100,0						
Pé de moleque	50,0						
Pimenta do reino	100,0						

Fonte: Cálculo baseado nas informações obtidas pelo INMETRO.

¹⁷ É calculado pela proporção de alimentos que não apresentam nenhum tipo de irregularidade em relação ao total de amostras analisadas.

Merece atenção os resultados obtidos em 1997 para os laticínios, que apresentaram percentuais de conformidade baixos, a saber, 8,0%, 30,0% e 34,0% para o queijo minas frescal, leite tipo B e leite tipo C, respectivamente. Os problemas detectados referem-se à contaminação microbiológica dos produtos. No ano de 1998, alguns produtos tiveram a sua totalidade analisada como não-conforme, foram eles: a carne seca, o *jerked beef* e a salsicha. Foram verificados altos teores de substâncias que aumentaram a umidade e conseqüentemente elevaram o peso; no caso da salsicha constatou-se quantidade de amido superior ao limite estabelecido e nos demais produtos a quantidade de sal estava acima do permitido. Ainda no ano de 1999, observou-se que o composto líquido pronto para consumo revelava 100% de não conformidade. Note-se, também, que os produtos que apresentaram altos índices de não-conformidade foram os laticínios, o pão de queijo e o pão de forma. Nesses casos, a maioria dos problemas detectados relacionavam-se aos rótulos e também à contaminação por microrganismos.

Análise dos resultados do Programa nos órgãos governamentais fiscalizadores: Ministério da Agricultura e do Abastecimento e Ministério da Saúde

Atitudes de técnicos do MS e MAA sobre o PAQP

Por meio de entrevista envolvendo a técnica responsável, designada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA do MS, verificou-se que é considerada satisfatória a atuação do INMETRO, notadamente pela reação da população, ao tomar consciência sobre a não-conformidade dos produtos. A ANVISA enfatiza o fato do INMETRO ser o órgão fiscalizador, nos quesitos pesos e medidas e detém credibilidade ao divulgar os resultados de suas análises.

Foi apresentado como argumento que o impacto do programa é grande em função do espaço assegurado na mídia. Tal privilégio decorre da superação de uma das maiores dificuldades desse tipo de atuação, que são os elevados custos impostos pelos meios de comunicação de massa. A ANVISA considera que a repercussão junto a população seja maior, por um período curto de tempo, pois substancial parcela da população tende a

esquecer rapidamente os alimentos com problemas e tende a voltar a adquiri-lo antes mesmo que as irregularidades sejam eliminadas.¹⁸

Nota-se que uma das dificuldades relatadas pela responsável da ANVISA para o controle da segurança do alimento relatado, é a ausência de um sistema informatizado que viabilizaria o acompanhamento imediato das ações dos Centros de Vigilância Sanitária e dos demais órgãos que atuam nessa área.

Já em entrevista realizada envolvendo o representante do Ministério da Agricultura e do Abastecimento - MAA, foi relatado que, mais especificamente no setor de bebidas, considera-se a atuação do INMETRO insatisfatória, devido a pouca representatividade das amostragens e a inadequação do método de coleta das mesmas. Além disso, o técnico considerou que, muitas vezes, o Instituto não adota os parâmetros da legislação vigente, assim como as regulamentações apropriadas e por isso o PAQP não obtém efeitos representativos. A argumentação do técnico referiu-se também que por ter sido o Ministério da Saúde o responsável pela fiscalização de grande parte dos produtos analisados o Ministério da Agricultura e do Abastecimento não tomou nenhum tipo de providência. Salientou também que deveria estabelecer-se maior união entre os Ministérios da Saúde e o da Agricultura e do Abastecimento para não ocasionar problemas decisórios, em que ambos são informados dos resultados porém nem sempre as ações são efetuadas em conjunto.

No setor de bebidas do MAA, argumentou-se também que, na maioria dos casos, eles são comunicados sobre a realização das análises pelo INMETRO por meio das reportagens da imprensa. Foi registrado também que é considerada discriminatória a divulgação dos nomes das empresas pela mídia, pois acreditam que nem sempre o problema divulgado é importante, ou mesmo verídico, devido a utilização de regulamentação não reconhecida pelo MAA. Salientou-se ainda que existe sensacionalismo nas divulgações do INMETRO e por isso deve-se adotar mais cautela, com respeito aos fabricantes, que, na maioria das vezes, estão há longo tempo no mercado e nunca tiveram problemas com os

¹⁸ Foi exemplificado, pela ANVISA, o caso do palmito em conserva que após o Ministério da Saúde fixar o selo de advertência sobre o consumo do produto, a grande maioria da população brasileira deixou de adquiri-lo no período (em 1999).

órgãos fiscalizadores, como foi o caso do “pó para refresco”. Nesse caso específico, o técnico considerou irrelevante o problema do tipo de corante presente no produto, ser registrado de forma distinta na embalagem¹⁹. E, por isso, não foi tomada nenhuma providência pelo MAA para impedir a comercialização do produto. O técnico responsável considerou precipitada a divulgação dos resultados da análise sem uma comunicação prévia ao referido órgão. Por outro lado, na Divisão de Produtos de Origem Animal - DIPOA do Ministério da Agricultura e do Abastecimento - MAA, estabeleceu-se um convênio com o PAQP do INMETRO, conforme veremos mais adiante.

Ações do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura e do Abastecimento

Foram vários os alimentos que apresentaram irregularidades detectadas no período analisado. No entanto, as análises de alimentos que impulsionaram o desenvolvimento de ações pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, devido ao grau de risco para a saúde pública, foram: composto líquido pronto para o consumo; pão de queijo; leites e derivados.

A Vigilância Sanitária utiliza exclusivamente laudos emitidos por laboratórios oficiais da rede de saúde pública. Sendo assim, os laudos de análise encaminhados pelo INMETRO, que identificaram irregularidades nos produtos de origem alimentar, foram necessariamente refeitos em laboratórios da rede oficial, com a emissão preliminar de “Termo de Apreensão de Amostras para Análise Fiscal”. Esses laudos de análise fiscal foram passíveis de contra-prova quando requisitados pelos interessados. Quando o laudo laboratorial do produto foi considerado em desacordo com a legislação sanitária, após avaliado o grau de risco, iniciou-se o processo legal, que permitiu a tipificação da infração sanitária e o estabelecimento de penas aplicáveis ao caso específico.

¹⁹ Os preparados artificiais sólidos para refresco, conhecidos como “pó para refresco”, foram analisados pelo INMETRO em 1999. Das doze marcas analisadas uma apresentou irregularidade, pois constava no rótulo a presença do corante amarelo crepúsculo e no entanto foi o corante amarelo tartrazina detectado na formulação do produto e não declarado no rótulo, embora esse corante apresente potencial alergênico (INMETRO, 1999b).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária retirou do comércio o composto líquido pronto para o consumo que apresentou irregularidades nas rotulagens na totalidade dos produtos analisados. Foi feito também um acompanhamento intensivo da comercialização desse tipo de produto e estipulou-se um prazo para as correções (FALTA de fiscalização ameaça consumidores, 1999).

Quanto ao pão de queijo, a Secretaria de Vigilância Sanitária de Belo Horizonte elaborou uma proposta de Padrão de Identidade e Qualidade – PIQ e o Manual de Boas Práticas de Produção do Pão de Queijo e foi iniciado o programa de controle desse produto para constatar a adoção das Boas Práticas.

Em produtos como leites e derivados, foram constatadas graves irregularidades em 1997 e, posteriormente, em 1999. Os laudos das análises do INMETRO para os leites e seus derivados, em ação conjunta com o DIPOA – MAA, resultaram em interdição de uma fábrica de laticínios, pois foi confirmada a contaminação microbiológica grave.

Nos demais produtos, como por exemplo, o pão de forma e a salsicha, em que a irregularidade não representou risco para a saúde dos consumidores, não foi adotada nenhuma medida punitiva pelos órgãos fiscalizadores. Por outro lado, no caso do pão de forma, o INMETRO juntamente com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação – ABIA e com os fabricantes enviaram propostas ao Ministério da Saúde para uma possível revisão da resolução vigente (PÃO de forma em plena forma, 1999).

Estabelecimento de parcerias

Destaca-se que existe uma parceria formalizada do INMETRO com a Divisão de Produtos de Origem Animal - DIPOA do Ministério da Agricultura e do Abastecimento – MAA. O técnico responsável do DIPOA considera que essa ação conjunta beneficia ambos os órgãos. O INMETRO, por ter recursos financeiros, acaba viabilizando a realização das análises. E o DIPOA, por estar trabalhando em conjunto, quando há casos de irregularidades pode utilizar oficialmente os resultados, o que, indiscutivelmente, agiliza os processos de fiscalização. Na Tabela 3, é apresentado os resultados, quando se considera a

ação conjunta do DIPOA - MAA e o INMETRO, para a viabilização de análises microbiológicas e físico-químicas de leite e derivados.

Foram várias as indústrias que apresentaram os produtos como leites e derivados com irregularidades. Em decorrência dessa parceria foi possível o MAA autuar os fabricantes, e em caso necessário interditar a linha de produção. A autuação com interdição foi aplicada a uma fábrica de laticínios, onde foi contatado um elevado número de irregularidades. Foi definido um prazo para a empresa eliminar os problemas de contaminação microbiológica grave por *Listeria* encontrados na produção de queijo minas frescal.

Foi relatado, também pela ANVISA que existe a possibilidade de uma parceria com o INMETRO, o que evitaria a sobreposição de ações, pois atualmente, em casos de irregularidades que possam afetar a saúde da população, a agência refaz os testes. Tal procedimento deveria ser desnecessário principalmente pelos recursos dispendidos. Reconhece-se que são aceitos apenas os resultados de rotulagens por não haver necessidade de análise laboratorial.

Tabela 3 – Atuação conjunta da Divisão de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento - DIPOA/MAA e do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial - INMETRO para a realização de análises microbiológicas e físico-químicas de leite e derivados em 1999.

Produtos	Tipos de inspeção	Nº ²⁰	Microbiológicas				Físico-químicas				Especificações fora dos padrões
			DP	%	FP	%	DP	%	FP	%	
Leite B	SIF	6	3	50,0	3	50,0	4	66,7	2	33,3	MB: CPP/CT/CF FQ: Peroxidase/ antibióticos
	Estadual	3	1	25,0	2	75,0	1	25,0	2	75,0	MB: CT/CF FQ: Crioscopia/ antibiótico
Leite C	SIF	9	7	77,8	2	22,2	7	77,8	2	22,2	MB: CT FQ: Peroxidase/ antibióticos
	Estadual	3	1	25,0	2	75,0	2	75,0	1	25,0	MB: CPP/CT/CF FQ: Antibiótico
	Municipal	1	0	0,0	1	100,0	1	100,0	0	0,0	MB: CPP/CT/CF
	Sem fiscalização	4	0	0,0	4	100,0	1	25,0	3	75,0	MB: CPP/CT/CF FQ: Acidez, crioscopia, fosfatase
Leite UHT	SIF	14	11	78,6	3	21,0	14	100,0	0	0,0	MB: CPP
	Importado	2	2	100,0	0	0,0	2	100,0	0	0,0	
Queijo minas fresco	SIF	9	4	44,4	5	56,6	-	-	-	-	MB: Estafilococos, CT, CF, Listeria
	Estadual	3	0	0,0	3	100,0	-	-	-	-	MB: CT, CF
	Sem fiscalização	2	0	0,0	2	100,0	-	-	-	-	MB: Estafilococos, CT, CF
Queijo prato	SIF	11	5	45,0	6	55,0	-	-	-	-	MB: CT, CF

Fonte: MAA, 2000.

Legenda: DP = dentro dos padrões
FQ = físico-química
CF = coliformes fecais
CPP = contagem padrão em placas

FP = fora dos padrões
MB = microbiológica
CT = coliformes totais

²⁰ Número de amostras analisadas.

Discussão e conclusões

O PAQP realizou diversas análises em produtos de origem alimentar. Muitos dos resultados encaminhados para os órgãos governamentais fiscalizadores não foram reconhecidos "como oficiais" por não terem sido concordantes com as exigências fiscais. Em casos de indícios de que poderiam afetar à saúde da população, foram necessários novos ensaios desses produtos. Cabe lembrar que, esse tipo de procedimento envolve a demanda por novos recursos financeiros, para a sua viabilização, o que o torna praticamente inviável para os órgãos fiscalizadores que, invariavelmente detêm um orçamento quase sempre restrito. Ressalta-se que o INMETRO, ao realizar ações que seriam de responsabilidade dos órgãos governamentais fiscalizadores de alimentos, enfatiza a necessidade de se rever algumas prioridades do governo federal, principalmente no que se refere ao destino de recursos humanos e financeiros em prol do alimento seguro.

Vale ressaltar que, verificou-se a existência de uma parceria do PAQP do INMETRO com a Divisão de Produtos de Origem Animal – DIPOA do Ministério da Agricultura e do Abastecimento – MAA, que tem propiciado maior agilidade nas fiscalizações, evitando assim a repetição das análises para a tomada de medidas cabíveis em conformidade com a legislação. Acredita-se que esse tipo de convênio possa ser efetuado com os demais setores governamentais e, dessa forma, alcançar esses mesmos benefícios.

A atuação do INMETRO na realização deste Programa foi considerada imprópria pelo entrevistado quando se considerou o setor de bebidas do MAA, principalmente no tocante à aceitabilidade dos procedimentos metodológicos adotados pelo Instituto no que se refere aos procedimentos amostrais. O técnico responsável pelo setor considerava indevida a forma de coleta de amostras, alegando que deveriam ser coletadas com mais representatividade. Além disso, apontou ser inadequado também o modo com que foram feitas as divulgações dos resultados das análises e dos nomes das empresas, alegando que os fabricantes poderiam estar respondendo indevidamente por irregularidades obsoletas. No entanto, o DIPOA – MAA considerou pertinente esse tipo de atuação, em especial quando

realizada em parceria como vem acontecendo. A ANVISA, por sua vez, está em fase de negociação com o INMETRO para o estabelecimento, de forma efetiva, de convênio considerando também positiva a atuação do PAQP.

A indefinição de papéis e de ações pelos órgãos governamentais responsáveis pela regulamentação e fiscalização de alimentos explica, em parte, a ineficácia dos sistemas de controle de alimentos existentes em diversos países (SMITH, 1997). No Brasil, os sistemas de controle de alimentos dos MS e MAA apresentam problemas relacionados no que tange a sobreposição de ações. Por exemplo, as vezes os problemas com irregularidades de qualidade envolvendo os produtos, como foi o caso anteriormente relatado das bebidas, são encaminhados para os dois órgãos. Esse procedimento só contribui para o adiamento da resolução devido a indefinição para a tomada de decisões pelo órgão a quem é efetivamente atribuída a responsabilidade.

No Brasil, a necessidade de se estabelecer um elo entre os diferentes órgãos governamentais fiscalizadores, como exemplo, o MS e o MAA, para que sejam priorizadas a educação e a conscientização dos consumidores, principalmente em relação a produtos alimentícios que afetam diretamente a saúde, foi constatada também em avaliações de outros programas públicos (RISSATTO, 1999; VIEIRA, 1999).

Pode ser observado em uma pesquisa realizada no Centro de Vigilância Sanitária no município de Campinas do Estado de São Paulo, que os órgãos fiscalizadores elaboram as análises baseadas quase que exclusivamente por meio do recebimento de denúncias (RISSATTO, 1999). Tal realidade parece ser presente em várias cidades do estado. O PAQP do INMETRO pode estar contribuindo para reforçar ainda mais essa tendência, caso não seja adotada maior integração entre os programas.

Em relação aos aspectos positivos do programa, além das parcerias estabelecidas entre o DIPOA do MAA com o INMETRO, deve-se registrar principalmente as ações implementadas pelo MS e MAA, tendo por base os resultados das análises, ou seja, as atitudes tomadas pelos órgãos governamentais para a resolução dos problemas detectados. Inclui-se ainda a atuação conjunta do INMETRO e organizações do setor privado que eventualmente ocorre, como observamos no caso do pão de forma.

Por outro lado, outro resultado insatisfatório do PAQP é a falta de ações, quando se considera os produtos que não afetem à saúde pública, pelos órgãos governamentais fiscalizadores como foi o caso envolvendo produtos adulterados. Convém lembrar que produtos irregulares que não tenham efeitos para a saúde pública, de acordo com a ótica dos órgãos, retratam a falta de qualidade dos alimentos e embora não tenham sofrido intervenção do poder público, deveriam ter passado por algum tipo de penalidade em virtude da irregularidade detectada.

Ao considerar programas de educação para o consumo, convém ressaltar ainda que devem-se priorizar as atitudes em prol do consumidor, inclusive em relação à adulteração de produtos que, embora não comprometa a saúde do consumidor, retrata a não-observância dos seus direitos assegurados pela legislação. Sabe-se que desde a última década, com o advento do Código de Defesa do Consumidor, os consumidores vem ampliando suas conquistas. Acredita-se que isto seja devido, em parte, aos órgãos que vêm trabalhando em prol dos consumidores como o próprio INMETRO com a implementação do Programa de Educação para o Consumo. Ainda, sabe-se que o aumento de renda propiciaria maior demanda por segurança alimentar (CASWELL, 1991).

Convém lembrar que o poder público do país deveria desencadear ações de controle de alimentos, para que fosse estimulada a implantação de sistemas de qualidade nas indústrias alimentícias, visando as empresas e a definição, pelas mesmas de prioridade para assegurar a oferta de alimentos seguros para a população (SALAY, 1999; SIMÃO FILHO, 1999; WHO, 1984). Além disso, essas ações poderiam resultar em uma maior participação do Brasil no mercado externo, reconhecidamente mais exigente.

Sabe-se que existem vários programas que têm sido implementados de forma eficaz em outros países. É relatado nos documentos elaborados pela FAO (1991) algumas estratégias para o melhor controle de alimentos e a necessidade de se desenvolver uma política séria nessa área, com ênfase inclusive na aplicação de sistemas de controle mais completos como é o caso do Sistema de Análise de Perigos em Pontos Críticos de Controle - APPCC.

Segundo o próprio INMETRO, o PAQP analisou diversos produtos de origem alimentar e algumas deficiências no controle de qualidade de alimentos no Brasil foram constatadas. O setor que mereceu maior ênfase, desde a sua implantação foi o alimentício e é também o único em que a qualidade do produto importado foi superior, quando comparado ao similar fabricado no país (INDÚSTRIA de alimentos na berlinda, 1998).

Na verdade, a análise da cadeia produtiva dos ovos avaliada em Campinas e região contribuiu para confirmar a situação de insegurança e reforçando ainda a necessidade de se discutir esse tema, com o objetivo de gerar atitudes imediatas para obtenção da melhoria do controle de alimentos (RODRIGUES, 1998).

O Projeto Estratégico “Educação para o Consumo” passa por processo de reestruturação pela nova gestão do INMETRO e, portanto, o Programa de Análise da Qualidade de Produtos que faz parte desse projeto também passa por uma reformulação. Acredita-se que, com isso, a sua atuação possa estar sendo intensificada e aperfeiçoada.

Os resultados desta pesquisa podem constituir valiosos subsídios para a reformulação do programa e para uma análise mais ampla da política de controle dos alimentos no Brasil. Seria fundamental, entretanto, que o Instituto incorpore aos seus indicadores de desempenho do programa, o grau de integração alcançado e os resultados obtidos, em relação aos órgãos governamentais fiscalizadores.

Referências bibliográficas

AGUILAR, M.J.; ANDER-EGG, E. **Avaliação de serviços e programas sociais**. 2ª edição, Petrópolis, Vozes, 1995, 199p.

BRASIL. Decreto Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969. “Institui normas básicas sobre alimentos”. In: FOOD STAFF (Comp.). **Food base**: legislação sobre alimentos. São Paulo: ABIA, 1996. CD-ROM. Produzido por Vox Editora.

_____. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. “Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências”. Brasília. Presidência da República, 1977. 5p.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988, 48p.

_____. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1991, 44p.

_____. Portaria nº 1428 de 26 de novembro de 1993. Aprova o “Regulamento Técnico para Inspeção Sanitária de Alimentos”, as “Diretrizes para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e Prestação de Serviços na Área de Alimentos” e “Regulamento Técnico para o Estabelecimento de Padrão de Identidade e Qualidade (PIQ,s) para serviços e produtos na área de Alimentos”. **Diário Oficial**. Brasília, 2 dez. 1993. Seção I, p, 18415.

_____. Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997. Aprova o “Regulamento Técnico para Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos”. **Diário Oficial**. Brasília, 1 ago. 1997. Seção I, p, 16560.

_____. Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. “Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências”. **Diário Oficial**. Brasília, 27 jan. 1999. Seção I, p, 1.

_____. Decreto nº 3.370, de 23 de fevereiro de 2000. Aprova a “Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, e dá outras providências”. Disponível em: <http://inmetro.gov.br> Acesso em: 30 mar. 2000.

CASWELL, J. **Economics of food safety**. New York. 2.ed. Elsevier Science, 1991, 356p.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Evaluación de projetos sociales**. Buenos Aires, Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES). Centro Interamericano de Desarrollo Social CIDES/OEA), 1988. 341p.

DIAS, H.P. **Teoria e prática do processo administrativo sanitário**. Brasília, s.n.,1988, 97 p.

FALTA de fiscalização ameaça consumidores. **Consumidor/Teste**, Porto Alegre, p. 20 – 30, 1999.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Manuals of food quality control**. Rome, 1991, 139p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO/WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Guidelines for developing an effective national food control system**. FAO Food Control Serie n.1, Rome. 1976.

INDÚSTRIA de alimentos na berlinda. **Nova Manutenção y Qualidade**. Rio de Janeiro, v.3, n.20, p.13-14, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – IDEC. **Alimentos**. Disponível em: <http://www.uol.com.br/idec/campanhas/biotecno.folder.htm> Acesso em: 30 jun. 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL – INMETRO. **Programa de análise da qualidade de produtos**. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br> Acesso em: 13 dez. 1997.

_____. **Programa de educação para o consumo**. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br> Acesso em: 19 fev.1998.

_____. **Procedimento do programa de análise de produtos**. 1999a, 9p. (mimeografado).

_____. **Preparado sólido para refresco (pó para refresco)**. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/refresco.htm> Acesso em: 09 maio 1999b.

_____. **Programa de análise da qualidade de produtos (produtos alimentícios): balanço geral 1996-1999**. 2000 (mimeografado).

MIGUEL, M.; LAMARDO, L.C. A .; GALVÃO, M. S.; NAVAS, S.A . GARBELOTTI, M.L.; BRANCIFORTE, M. Legislação em higiene alimentar e suas aplicações. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v.11, n. 68/69, p.107- 114, 2000.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - MAA. **Protocolo de ação conjunta DIPOA/DAS/MAA e INMETRO/MDIC**. Relatório consolidado: análises microbiológicas e físico-químicas em leite e derivados. 2000 (mimeografado).

MIYAGISHIMA, K.; MOY, G.; MIYAGEWA, S.; MOTARJEMI, Y.; KÄFERSTEIN, F. K. Food safety. **Food Control**, Surrey, v.6, n.5, p.253-259, 1995.

PÃO de forma em plena forma. **Banas Qualidade**, São Paulo, p.64-65, set.1999.

RISSATTO, P.E.V. **Avaliação da operacionalização do serviço de vigilância sanitária de alimentos do município de Campinas – SP, de 1993 a 1996**. Campinas, 1999. 136p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Nutrição), Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade Estadual de Campinas.

RODRIGUES, K.R.M. **Aspectos da qualidade sanitária na cadeia produtiva de ovos “in natura” em Campinas e cidades vizinhas**. Campinas, 1998.131p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Nutrição), Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade Estadual de Campinas.

SALAY, E. ; CARVALHO, J.F.de **Avaliação do programa de merenda escolar do município de Campinas, Brasil**. **Arquivos Latinoamericanos de Nutrición**, Caracas, v. 45, n.3, p. 167-171, 1995.

_____. Le service alimentaire des écoles maternelles à Campinas, Brésil. **Food, Nutrition and Agriculture**, Rome, v. 16, p. 29-34, 1996.

SALAY, E.; CASWELL, J. Developments in brazilian food safety policy. **The International Food and Agribusiness Management Review**, Greenwich, v.1, n.2, p. 167-177, 1998.

SALAY, E. **Alimento seguro: desafios para os setores público e privado**. In: Livro de Programas e Resumos do III Simpósio Latino Americano de Ciência de Alimentos, Campinas – SP, 1999.

SALAY, E.; PEREIRA, J.L.; MERCADANTE, A. M.; NETTO, F.M.; CAVALLI, S.B. Food safety issues in developing nations: a case study of Brazil. In: Ed. Hooker, N.H.& Murano E. **A Interdisciplinary Food Safety Research**. Editora CRC Press, New York, p. 87- 120, 2001.

SÃO PAULO. Portaria CVS-6 de 10 de março de 1999. Aprova o Regulamento Técnico que estabelece os Parâmetros e Critérios para o Controle Higiênico-Sanitário em Estabelecimentos de Alimentos. **Diário Oficial**. Estado de São Paulo. São Paulo, 12 mar. 1999. Seção I, p.24-27.

SIMÃO FILHO, P. **Impacto das novas regulamentações para a indústria de alimentos.** In: Livro de Programas e Resumos do III Simpósio Latino Americano de Ciência de Alimentos, Campinas – SP, 1999.

SMITH, B.L. Food control systems: an international perspective. **In: ABIA seminar industry and the consumer: a partnership for total quality of food products.** São Paulo. Nov. 1997. 24p.

VIEIRA, C.M. **A contribuição dos organismos de consumidores para a promoção da qualidade dos alimentos.** Campinas, 1999. 161p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Nutrição), Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade Estadual de Campinas.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **The role of food safety in health and development.** (Technical Report Series nº 705), Geneva, 1984. 79p.

_____. **Evaluation of programmes to ensure food safety: guiding principles.** (Technical Report Series nº 705), Geneva, 1989. 47p.

_____. **Guideline for strengthening a national food safety programme.** Food Safety Issues, (Technical Report Series nº 705), Geneva, 1996. 24p.

Capítulo 3 - O PROGRAMA DE ANÁLISE DA QUALIDADE DE PRODUTOS DO INMETRO: ANÁLISE DOS EFEITOS PARA INDÚSTRIAS E COMÉRCIOS DE ALIMENTOS

Resumo

O Programa de Análise da Qualidade de Produtos - PAQP do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO realiza testes, relativos à qualidade, envolvendo uma série de produtos e os resultados são divulgados pela imprensa. Na presente pesquisa estudou-se os efeitos do PAQP para diferentes tipos de empresas. Foram entrevistados, durante os meses de janeiro a julho de 2000, os responsáveis ou gerentes de onze indústrias alimentícias, seis atacadistas e varejistas da região de Campinas – SP e um técnico da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação – ABIA. Os resultados mostram que, por desconhecerem os procedimentos adotados pelo INMETRO, as empresas não confiam na metodologia empregada pelo PAQP. As indústrias de alimentos preocupam-se com o impacto da divulgação dos resultados das análises de seus produtos principalmente para seus clientes, comércios atacadistas e varejistas. Por outro lado, os comércios atacadistas e varejistas reconhecem que essa melhoria exista em decorrência dos efeitos do PAQP. A maioria das empresas mencionou a imparcialidade na escolha dos produtos analisados pelo PAQP e considerou que as análises realizadas pelo INMETRO deveriam ser conduzidas pelos próprios órgãos governamentais fiscalizadores, a saber o Ministério da Saúde e o Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Além disso, contestou-se a forma como foram divulgados os resultados das análises e a falta de direito a resposta por parte das empresas. De modo geral, os agentes envolvidos estão preocupados com as exigências do mercado consumidor atual, pois qualquer irregularidade no produto pode denegrir a imagem da empresa, causando, invariavelmente perdas econômicas.

Termos de indexação: alimento seguro, controle de alimentos, qualidade.

THE PROGRAM FOR THE ANALYSIS OF THE QUALITY OF PRODUCTS OF THE INMETRO: EFFECTS ON FOOD INDUSTRIES AND COMMERCE

Summary

The Program for the Analysis of the Quality of Products - PAQP of the National Institute of Metrology, Industrial Normalization and Quality - INMETRO, carries out tests for the quality of a series of products, and reports the results in the press. In this survey, the effects of the PAQP on different types of company was studied. Managers and other people responsible for eleven food industries and six wholesalers and retailers in the region of Campinas, SP, Brazil, were interviewed between January and July of 2000, and also one technical adviser from the Association of Brazilian Food Industries – ABIA. The results showed that, due to unknown of the procedures adopted by INMETRO, the companies did not confide in the methodology used by the PAQP. The food industries were more concerned about the impact that divulging the results of the analyses of their products would have on their clients, mainly wholesalers and retailers. On the other hand, wholesalers and retailers believe this improvement is a result of the effects of PAQP. The majority of the companies mention the impartiality in the choice of products analyzed by PAQP, and consider that the analyses carried out by INMETRO should be conducted by the actual government control bodies, that is, by the Ministry of Health and the Ministry of Agriculture. In addition, they contest the form in which the results are divulged, and the lack of the right to respond by the companies. In general, those involved are concerned with the demands of the current consumer market, since any irregularity can damage the image of the company.

Index terms: food safety, food control, quality.

Introdução

Os progressos alcançados na área de produção de alimentos não impediram que as intoxicações alimentares continuassem acometendo elevados contingentes populacionais, em vários países. Nos Estados Unidos, um dos maiores produtores mundiais de alimentos, estima-se que, a cada ano ocorram aproximadamente 9.000 mortes e entre 6,5 e 33 milhões de doenças estejam diretamente relacionadas a patógenos de origem alimentar^{21,22}.

No Brasil, são vários os casos de contaminação microbiológica em alimentos. No entanto, os dados que comprovam a intoxicação alimentar por microrganismos não são divulgados sistematicamente pela falta de um sistema de informação adequado (ALMEIDA *et alii*, 1995; NASCIMENTO & MARQUES, 1998). Acredita-se que os problemas decorrentes da contaminação de alimentos sejam, em parte, devido à falta de prioridade dos órgãos públicos em relação a esta área (RESENDE, 1993; SALAY & CASWELL, 1998).

O Ministério da Saúde – MS e o Ministério da Agricultura e do Abastecimento – MAA são os órgãos responsáveis pela legislação em alimentos no Brasil. Já o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, com a colaboração do Instituto Estadual de Pesos e Medidas – IPEM analisa a adequação dos produtos aos critérios estabelecidos pela legislação brasileira, no que tange o volume, peso e forma de acondicionamento.

O INMETRO participa também da coordenação do “Projeto Estratégico Conscientização e Educação do Consumidor e do Usuário”, que é um dos projetos do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP, desenvolvido pelo Governo

²¹ Doença de origem alimentar é considerada: “uma doença normalmente de natureza tóxica ou infecciosa, causada por agentes que entram no corpo através da ingestão de alimentos” (WHO, 1984).

²² A maioria das doenças de origem alimentar são causadas por bactérias, aproximadamente 90%, entre elas estão: *Salmonella*, *Staphylococcus aureus*, *Clostridium perfringens*, *Escherichia coli*, *Listeria monocytogenes*, *Bacillus cereus*, *Shigella*, *Campylobacter jejuni* e *Clostridium botulinum* (ABOUT the partnership for food safety education, 1998).

Federal. Com o objetivo de melhor informar o consumidor, foi criado pelo Instituto em 1996 o Projeto Estratégico “Educação para o Consumo”, que é integrado por dois programas: o Programa de Análise da Qualidade de Produtos - PAQP e o Programa Educação dos Consumidores. O PAQP avalia a questão da conformidade de diversos produtos, entre eles os de origem alimentar. Entre os objetivos do programa encontra-se o de melhorar a qualidade dos produtos disponíveis no mercado. A presente pesquisa visa analisar os efeitos do Programa de Análise da Qualidade de Produtos desenvolvido pelo INMETRO tendo como alvo as indústrias e comércios de alimentos.

Procedimentos metodológicos

Nesta pesquisa utilizou-se a avaliação de programas para identificar e analisar, principalmente, os resultados ligados ao Programa de Análise da Qualidade de Produtos para os produtos de origem alimentar realizado pelo INMETRO em empresas de alimentos. Segundo COHEN & FRANCO (1988) o tipo de avaliação depende da natureza e objetivos específicos de cada estudo. Neste sentido, os autores observam que é por meio da avaliação de projetos sociais que se consegue contribuir com informações sobre o impacto das políticas sociais, o que permite a reorientação de programas e projetos, a fim de alcançar as metas e os objetivos propostos. Autores como AGUILAR & ANDER-EGG (1995) consideram que na avaliação de resultados é necessário verificar inclusive se os resultados dos programas podem ser atribuídos a outros processos e identificar se os resultados ou possíveis efeitos imprevistos surgiram como consequência dos programas.

Alguns estudos realizados envolvendo a avaliação de políticas e programas públicos serviram de referencial metodológico para esta pesquisa (SALAY & CARVALHO, 1995 e 1996; WHO 1989 e 1996).

Delimitação da pesquisa

Do conjunto de empresas, com sede administrativa no Estado de São Paulo, cerca de cem empresas, tiveram os seus produtos analisados de 1996 a 1999. Foi estabelecido

contato com a totalidade ($N= 100$) das empresas, no entanto, apenas onze indústrias designaram técnicos para a concessão de entrevistas. Após a realização dessas entrevistas constatou-se a necessidade de verificar também a opinião de atacadistas e varejistas sobre o PAQP. Foram contatados todos os comércios disponíveis no município de Campinas, Estado de São Paulo, que tivessem as suas unidades representadas e cujo volume de vendas fosse considerado grande, em outras localidades do País. Apesar do esforço empreendido, conseguiu-se entrevistar somente dois comércios atacadistas e quatro comércios varejistas.

De janeiro a julho de 2000 foram realizadas entrevistas com os responsáveis pelas empresas e com o responsável pela Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação – ABIA, utilizando-se questões estruturadas e semi-estruturadas. As fichas, contendo as questões, adotadas para a realização das entrevistas, encontram-se nos anexos 3 a 6. Os dados obtidos por meio das entrevistas foram sistematizados e as análises apresentadas são descritivas.

As indústrias e comércios atacadistas e varejistas de alimentos visitados foram referenciados e enumerados tendo por base, para as indústrias, os produtos industrializados que tivessem sido analisados e, para os comércios, as suas respectivas categorias, a saber: nas empresas nº 1 e 2 foi analisado o palmito em conserva; a empresa nº 3, o sal refinado analisado; na nº 4 foram três os produtos analisados: leite, biscoito e macarrão; na empresa nº 5 o café foi objeto de estudo; a nº 6 teve apenas a qualidade do leite examinada; já a empresa nº 7 além do leite, analisou-se também o queijo minas frescal; na empresa nº 8 o chá foi objeto de análise; na indústria nº 9 foi analisado o vinagre e também o palmito em conserva; na empresa nº 10 foram analisadas as qualidades dos respectivos produtos: margarina, extrato de tomate e azeite; na nº 11 foram analisados o queijo prato e frescal e ainda os leites em pó, UHT e aromatizados; as empresas nº 12 a 17 referem-se aos comércios sendo que as nº 12 e 13 foram os comércios atacadistas visitados e as empresas nº 14 a 17 os comércios varejistas da região de Campinas²³.

²³ Os números das empresas relacionados acima foram usados em substituição aos nomes das empresas que não foram citados, visando preservar as fontes de informações consideradas para o presente estudo.

Indicadores

Considerando-se os objetivos da avaliação proposta, foram definidos alguns indicadores para a análise, que encontram-se relacionados a seguir:

Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação- ABIA:

1. Opinião da ABIA sobre o PAQP;
2. Atuação da ABIA em relação ao PAQP.

Efeitos do PAQP para as Indústrias de Alimentos, Atacadistas e Varejistas:

1. Conhecimento das empresas sobre o PAQP do INMETRO e sobre a metodologia adotada no PAQP;
2. Visão da empresa em relação à divulgação pela imprensa televisiva;
3. Efeito geral das análises para as empresas;
4. Conscientização dos consumidores/compradores;
5. Repercussão nos órgãos fiscalizadores;
6. Impacto das divulgações dos resultados das análises sobre o volume das vendas dos produtos;
7. Envolvimento do programa como colaborador da melhoria da qualidade dos produtos alimentícios;
8. Irregularidades identificadas nas análises de produtos das indústrias;
9. Consequência da divulgação dos resultados dos testes para as indústrias no mercado consumidor;
10. Procedimentos adotados pelas indústrias de alimentos após a divulgação dos resultados das análises pela imprensa;
11. Crítica aos procedimentos metodológicos adotados pelo PAQP e divulgados pela mídia.

Resultados

Visão da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação

Na opinião da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação – ABIA, o Programa de Análise da Qualidade de Produtos atinge todo o setor alimentício e não só a indústria de alimentos. De acordo com a Associação, o consumidor está mais consciente de seus direitos e o INMETRO tem contribuído para isso através do PAQP. A atuação do Programa de Análise da Qualidade de Produtos do INMETRO é considerada também importante pela ABIA, pois acredita-se que, em muitos casos, a fiscalização é precária pelos órgãos competentes.

A Associação considera os efeitos do PAQP para as indústrias como algo positivo, desde que as irregularidades constatadas pelas análises sejam reais e corretas. Na concepção da Associação, a divulgação pela imprensa televisiva torna-se importante, mas não em caso de pequenas irregularidades que não acarretem riscos para os consumidores. A ABIA questiona algumas metodologias de análise de qualidade dos produtos usadas pelos laboratórios e é a favor da mudança dos critérios de amostragem, e acredita que a escolha dos produtos para a realização das análises deveria ser mais representativa.

Em relação ao PAQP, a ABIA atua com o INMETRO e também com as empresas, sendo consultada pelo INMETRO sobre tecnologias, laboratórios e atualização da legislação, entre outros. Em relação às empresas, existe o apoio técnico e jurídico da ABIA em resposta ao INMETRO, nos casos necessários, como por exemplo, quando o resultado de uma análise de qualidade de um produto apresentar o rótulo em desacordo com a composição do produto. As indústrias de alimentos têm um prazo para resposta após receberem os resultados das análises e, dependendo destes, a empresa pode entrar com recurso legal e o INMETRO aceitar.

Efeitos do PAQP para as indústrias de alimentos, atacadistas e varejistas

Conhecimento das empresas sobre o PAQP do INMETRO e sobre a metodologia adotada no PAQP

Tendo por base os dados da Tabela 1 observa-se que todas as indústrias visitadas revelaram conhecer o Programa de Análise da Qualidade de Produtos Alimentícios, uma vez que seus produtos já tinham sido analisados; por outro lado, afirmava-se desconhecer oficialmente a metodologia adotada pelo Instituto. Para os entrevistados dos comércios atacadistas, o conhecimento do Programa de Análise da Qualidade de Produtos realizado pelo INMETRO é restrito ao que é transmitido pela mídia. Quanto ao comércio varejista as posições dos agentes se dividem entre o conhecimento limitado ao que é divulgado pela imprensa, e o fato de não ter o conhecimento da metodologia utilizada.

Os representantes das indústrias de alimentos enfatizaram que os cidadãos têm o direito ao acesso a esse tipo de informação. Tendo por base o conjunto das indústrias visitadas, observou-se que 63,6% dos entrevistados, consideraram um aspecto positivo o procedimento estabelecido pelo INMETRO no que tange a divulgação pela imprensa (Tabela 1). No entanto, os representantes observaram que a forma como essa divulgação tem sido feita pela imprensa poderia ser aperfeiçoada. Reproduz-se, a seguir, trechos dos comentários registrados por meio da presente pesquisa aqui transcritos a título de elucidação:

“Inevitável. Isto faz parte da democracia participativa.” (empresa nº 4)

“É necessário. Sou favorável a liberalização da informação. Só que a informação é trabalhada para ser sensacionalista. Eles nunca completam a informação.” (empresa nº 6)

Tabela 1- O Programa de Análise da Qualidade de Produtos - PAQP de origem alimentar do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial – INMETRO: descrição dos efeitos para as indústrias e comércios de alimentos do Estado de São Paulo, 2000.

Efeitos do PAQP do INMETRO	Indústrias		Atacadistas		Varejistas	
	N	%	N	%	N	%
Conhecimento das empresas sobre o PAQP						
Sim	11	100,0	2	100,0	4	100,0
Não	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Conhecimento da metodologia do PAQP						
Sim	0	0,0	0	0,0	2	50,0
Não (exceto o que é transmitido pela mídia)	11	100,0	2	100,0	2	50,0
Visão sobre divulgação pela imprensa						
Positiva	7	63,6	2	100,0	2	50,0
Negativa	2	18,2	0	0,0	1	25,0
Sem opinião	2	18,2	0	0,0	1	25,0
Efeito geral das análises para as empresas						
Positivos	8	72,7	1	50,0	3	75,0
Negativos	2	18,2	1	50,0	1	25,0
Sem efeito	1	9,1	0	0,0	0	0,0
Conscientização dos consumidores/compradores						
Maior	6	54,5	1	50,0	4	100,0
Menor	3	27,3	1	50,0	0	0,0
Sem efeito	2	18,2	0	0,0	0	0,0
Repercussão nos órgãos fiscalizadores						
Grande	4	36,4	2	100,0	0	0,0
Média	3	27,2	0	0,0	0	0,0
Pequena	4	36,4	0	0,0	4	100,0
Impacto sobre as vendas dos produtos						
Positivo	2	18,2	2	100,0	3	75,0
Negativo	6	54,5	0	0,0	0	0,0
Sem efeito	3	27,3	0	0,0	1	25,0
PAQP colaborador da qualidade dos alimentos						
Sim	7	63,6	2	100,0	3	75,0
Não	4	36,4	0	0,0	1	25,0

Por meio dessas falas é possível verificar o reconhecimento, por parte das empresas, da importância do PAQP. No entanto observa-se, também, a indignação de alguns entrevistados com o sensacionalismo das divulgações pela mídia.

Visão das empresas em relação à divulgação pela imprensa televisiva

A divulgação das análises pela imprensa é reconhecida também como uma ação positiva pelos comércios atacadistas. Neste sentido, um dos representantes afirmou que: (A divulgação é...) *“A melhor maneira de tomar conhecimento sobre as análises, pois a TV é um veículo que atinge todas as classes sociais.”* (empresa nº 12)

Por outro lado, os varejistas se dividem quanto a sua opinião sobre a divulgação dos resultados das análises pela imprensa, ressaltando que elas são uma espécie de *“alerta ao consumidor”*, mas que nem sempre é feito como acreditam que deveria ser, porque a imprensa parece preferir enfatizar os erros e não os acertos. É interessante verificar, a seguir, observar a posição de um dos varejistas entrevistados e a forma como é analisada a situação:

“Vejo como alerta. Mas acredito que não seja educação para o consumo, pois o “Fantástico” (programa televisivo semanal/canal aberto) não mostra o correto, só mostra o errado. Deveria apontar soluções. Quando a Rede Globo anuncia no domingo à noite e divulga que a empresa reconhecida está com o problema, o medo é de que seja difamada, a não ser que seja verdade.” (empresa nº 14)

Como se pode observar, o temor à crítica e à difamação parecem desencadear reações de aversão para esses profissionais.

Efeito das análises para as empresas

Os entrevistados diferem em suas opiniões sobre a repercussão do PAQP para a indústria, embora a maioria, cerca de 70%, em princípio tenha alegado um efeito geral positivo (Tabela 1), como se pode ver, por exemplo, nas opiniões de empresários citadas a seguir:

“A empresa considera bom, válido e importante.” (empresa nº 3)

“Possui um efeito positivo. As empresas que não possuem uma política de qualidade sentem-se ameaçadas com a repercussão negativa na mídia. Em geral, tende a forçar uma melhora nos padrões de qualidade e melhorar o monitoramento dos procedimentos internos, sem contar os custos de multas e seqüestro de produtos.” (empresa nº 11)

Como foi argumentado por alguns entrevistados, os efeitos das análises do PAQP tendem a repercutir de forma negativa somente para aquelas empresas cujos produtos tiveram as suas irregularidades detectadas e foram divulgadas, alcançando um amplo contingente da população.

A opinião sobre os efeitos do programa para a rede atacadista difere. Para um dos atacadistas, assim que o problema com o produto é divulgado pela mídia, este é tirado do ponto de venda, até que a situação seja devidamente esclarecida. De acordo com um atacadista, integrante da pesquisa, os próprios fornecedores tentam esclarecer os pontos negativos alegados e que os consumidores trocam uma marca por outra. Tendo por base, a rede varejista, a maioria dos entrevistados (75%) acredita que o PAQP exerça efeitos gerais positivos, uma vez que os consumidores, após tomarem conhecimento por meio da programação televisiva, substituem produtos irregulares pelos conformes (Tabela 1).

Por outro lado, foi registrado por um representante do comércio varejista, o seguinte argumento:

“A maioria das empresas que conhecemos, nenhuma delas conseguiu argumento e forma positiva a seu favor. Dá a impressão que o INMETRO nasceu somente para punir e levar elogios a si mesmo para as punições aplicadas com o argumento de ser democrático ao povo.” (empresa nº 13)

Essa argumentação parece revelar que a atuação do INMETRO vem consolidando uma imagem no comércio, como sendo um órgão com objetivos de punir ao invés de implementar ações educativas. Vale salientar que, no entanto, o Instituto acredita que vem exercendo por meio das divulgações do PAQP o papel de educador.

Conscientização dos consumidores/compradores

Tendo por base o agrupamento de indústrias de alimentos visitadas, verificou-se que mais da metade dos agentes considera que os consumidores revelam, de uma forma geral, maior grau de conscientização. No entanto, acreditam que tal situação é condicionada, também, pela atuação de outros órgãos de defesa dos consumidores e de todo o movimento gerado pela entrada em vigor do Código de Defesa do Consumidor em 1991. Vale notar, a seguir os relatos obtidos junto aos entrevistados:

“Acredito na melhor conscientização da população devido à relação da empresa x consumidor que foi criada nesses últimos tempos.”

(empresa nº 2)

“Com certeza. Não só do INMETRO, mas de outros também, como o do IDEC que tem bastante repercussão.” (empresa nº 8)

Esses comentários parecem revelar que há o reconhecimento de que outras organizações vêm atuando de forma a favorecer o consumidor e que o INMETRO seria apenas mais uma entidade colaboradora.

Apenas um dos atacadistas acredita que em virtude do PAQP do INMETRO houve um aumento na conscientização dos compradores. E os varejistas mencionaram

especialmente o receio dos consumidores em adquirir um produto com algum tipo de irregularidade.

Repercussão nas ações dos órgãos fiscalizadores

Foi relatado pelos agentes principalmente da indústria de alimentos, que é ineficiente a inspeção de alimentos conduzida pelos órgãos governamentais responsáveis, com isso, torna-se necessária a transferência dessa atribuição para outro órgão. A intensidade da repercussão para os órgãos fiscalizadores do PAQP dividiu-se em grande, média e pequena com os respectivos valores de 36,4%, 27,2% e 36,4% (Tabela 1). Alguns comentários revelaram que:

“Quem deveria estar conduzindo o PAQP seria o Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e não o INMETRO...” (empresa nº 1)

“A princípio parece estar checando, como está funcionando... acabam funcionando como um órgão fiscalizador da fiscalização.” (empresa nº 6)

Observa-se, nesses relatos a indignação de alguns entrevistados por não terem sido os órgãos responsáveis pelo controle de alimentos no Brasil, ao invés do INMETRO, as instituições eleitas, como legítimos condutores do PAQP.

De acordo com os atacadistas o PAQP tem o papel que causou grande repercussão. Já os varejistas, quando indagados sobre o impacto para os órgãos fiscalizadores, registram a sua indignação com o problema da fiscalização de alimentos no Brasil ao observar que:

“Seria uma obrigação deles, mas na minha opinião eles estão muito cómodos por ver que o INMETRO está fiscalizando.” (empresa nº 14)

Este discurso ilustra mais uma vez que, sob a óptica das empresas, as ações governamentais não deveriam estar sendo conduzidas por um órgão, da natureza do INMETRO, cujas atribuições não contempla a responsabilidade pelo controle de alimentos.

Impacto das divulgações sobre as vendas dos produtos

De acordo com os entrevistados os efeitos junto ao público da divulgação dos resultados dos testes, permanecem por pouco tempo. Assim, para a maioria dos agentes das indústrias não é grande a preocupação com este aspecto, a médio e longo prazos pela maioria das indústrias de alimentos. Quanto ao impacto sobre as vendas, a maioria das indústrias (54,5%) reconhece o efeito negativo (Tabela 1). O registro da opinião de um dos entrevistados, apresentado a seguir, parece ilustrar a situação:

“A preocupação é com os clientes, os atacadistas e varejistas...no caso do palmito, foi feito muito alarde houve aproximadamente 80% de queda nas vendas. O impacto é muito forte.” (empresa nº 9)

Esse tipo de informação revela-se pertinente, pois aponta para um impacto maior que envolve o comércio que atua na revenda dos seus produtos, ou seja, os atacadistas e varejistas.

Os efeitos da divulgação dos resultados dos testes para o mercado atacadista condicionam a retirada das prateleiras dos produtos identificados como irregulares. Tal situação persiste até a elaboração de novas análises que comprovem a conformidade, como foi o caso de algumas marcas de arroz analisadas pelo IDEC. Em relação à aquisição de produtos com irregularidades pelos atacadistas, registra-se o seguinte comentário:

“As compras ficam suspensas por tempo indeterminado, até que haja uma retratação pública ou demonstração que as devidas providências já estão sendo tomadas pela empresa.” (empresa nº 12)

Esse tipo de medida cautelosa parece revelar o efeito imediato, ou pelo menos a curto prazo, da repercussão do PAQP para os comércios atacadistas.

Os varejistas alegaram que é imediato o impacto sobre a venda dos produtos que foram analisados pelo programa. Por consequência, a venda do produto cai drasticamente e isso pode ser notado nos pontos de vendas. Os varejistas foram unânimes em afirmar que

imediatamente após a divulgação das irregularidades constatadas no produto e que possam afetar a sua aquisição pelos consumidores, o mesmo é retirado das prateleiras dos supermercados, alegando ainda que essas medidas são para todas as lojas. O comentário de um dos entrevistados no comércio ilustra essa situação:

“Sim. Todos os produtos reprovados nos testes saem do mercado e só voltam, se voltar, com toda a documentação liberatória em nossas mãos.”

(empresa nº 16)

Esse relato revela que a maior repercussão da divulgação dos resultados das análises para os comércios varejistas é a de retirar dos pontos de venda o produto que apresentou irregularidades, pelo menos até que novos laudos comprovem a sua regularidade.

Programa como colaborador da melhoria da qualidade dos produtos alimentícios

De forma geral, mais da metade das empresas visitadas alegaram que o PAQP atua como colaborador da melhoria da qualidade (Tabela 1). Todavia, os representantes das indústrias de alimentos acreditam que a melhoria da qualidade dos produtos alimentícios seja resultado de uma preocupação do próprio setor em atender às expectativas dos consumidores além da necessidade de maior atenção que programas, desse gênero exigem. Em uma das entrevistas foi argumentado que:

“Tem melhorado as políticas de qualidade das grandes, pequenas e médias empresas. Existe efetivamente uma preocupação em não estar envolvido. O resultado é de todo o movimento da empresa.” (empresa nº 4)

Este comentário ilustra a realidade atual das empresas que, em virtude de um mercado cada vez mais exigente pela excelência da qualidade dos produtos e serviços, atenção maior tem sido dispensada ao controle de qualidade na fabricação de seus produtos.

Os atacadistas acreditam que esse programa tem contribuído efetivamente para a melhoria da qualidade dos produtos de origem alimentar e que as empresas estão mais

preocupadas em não permitir que seus produtos incorporem uma imagem negativa, que certamente é prejudicial para as empresas.

Quando questionados sobre a contribuição do Programa de Análise da Qualidade para a melhoria da qualidade do alimentos, foi possível observar, pelas respostas apresentadas, que a medida imediata adotada pelos varejistas é a de não oferecer o produto ao consumidor, evitando-se assim os casos que podem afetar a imagem desses agentes.

Irregularidades identificadas nas análises de produtos das indústrias

Em relação a questão da não-conformidade detectada nas análises, três indústrias visitadas apresentaram irregularidades do tipo: erro na nomenclatura do rótulo; contaminação microbiológica e contaminação microbiológica grave (Tabela 2). Em nenhuma dessas empresas os produtos foram analisados novamente pelo INMETRO.

Consequência da divulgação dos resultados dos testes para as indústrias de alimentos no mercado consumidor

Conforme mencionado na Tabela 2, em relação aos efeitos da divulgação dos testes para as empresas que tiveram irregularidades detectadas nas análises, apenas uma empresa localizada no Estado do Rio Grande do Sul, que atua na área de laticínios providenciou a retirada dos lotes de produtos comercializados, após a detecção de contaminação microbiológica por *Listeria*. Vale enfatizar que a linha de produção da referida empresa sofreu interdição.

Procedimentos das indústrias de alimentos em virtude da divulgação dos resultados do PAQP

A maioria das empresas alegou não ter nenhum tipo de postura pré-estabelecida, em resposta aos consumidores, após a divulgação, pela mídia, de problemas. Apenas duas indústrias confirmaram a preocupação com esse tipo de medida, pois já haviam organizado o Serviço de Atendimento ao Consumidor (Tabela 2).

Crítica aos procedimentos metodológicos adotados pelo PAQP e divulgados pela mídia

Apesar da grande crítica em relação aos métodos de definição da amostragem, em todos os momentos das entrevistas, quando indagados especificamente sobre essa questão. Tendo por base a totalidade dos agentes entrevistados, das indústrias de alimentos, visitadas apenas em uma situação, foi registrado o comentário explícito que a metodologia aplicada não é correta observando que: “...o programa é interessante, a amostragem é que deveria ser mais representativa e daí seria um grande benefício para a população.” (empresa nº 1)

Pelo comentário registrado, pode-se dizer que existe a reprovação em relação aos critérios de escolha de produtos da amostragem. Na verdade, comentou-se várias vezes que devido ao pequeno número de produtos, que integram as amostras, a mesma não poderia ser considerada representativa do conjunto de produtos existentes.

Tabela 2- Efeitos do Programa de Análise da Qualidade de Produtos - PAQP alimentícios do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial - INMETRO para as indústrias de alimentos de São Paulo, em 2000.

Efeitos do PAQP do INMETRO	Indústrias	
	N	%
Irregularidades constatadas nas análises		
Sim	3	27,3
Não	8	72,7
Efeitos das irregularidades detectadas nas análises		
Retirada de lotes	1	9,1
Nenhum	10	90,9
Procedimentos adotados em virtude da divulgação		
Serviço de Atendimento ao Consumidor	2	18,2
Nenhum	9	81,8
Crítica aos procedimentos metodológicos do PAQP divulgados pela mídia		
Sim	1	9,1
Não	10	90,9

Discussão

A Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação – ABIA atua como mediadora entre o INMETRO e as empresas, além de assumir o papel de colaboradora do Instituto quando se trata de assuntos correlatos. No entanto, a Associação acredita que poderia ser mais atuante desde que detivesse os resultados das análises, acompanhados das respectivas identificações das empresas, previamente à divulgação pela imprensa. Por outro lado, o INMETRO relata que uma de suas estratégias é não divulgar previamente os resultados das análises do programa que serão transmitidos pela mídia.

Constatou-se por meio das entrevistas que a maior preocupação das indústrias de alimentos no Brasil são os atacadistas e varejistas, pois são estes os intermediários responsáveis pela adoção do produto para o consumidor. Caso esses estabelecimentos deixem de adquirir o produto, certamente haverá queda nas vendas e, conseqüentemente, na sua fabricação, o que está longe de ser interessante economicamente para as indústrias de alimentos.

Os comércios atacadistas e varejistas de grande e médio porte têm substancial parcela de participação no mercado consumidor e isso torna imprescindível o posicionamento desses setores com relação a qualquer programa de análise da qualidade de produtos de origem alimentar. Devido também as grandes redes atacadistas e varejistas possuírem fabricação própria, atenção maior por parte dos comerciantes tem sido concedida a programas como o PAQP.

Foi mencionado, por grande parte dos entrevistados, a forma como são divulgados os resultados das análises pelo INMETRO e a falta de direito de resposta por parte das empresas. Questionou-se a maneira de se fazer a chamada “educação para o consumo”, por se acreditar, por senso comum, que mostrar o incorreto não seja a melhor forma de proceder. Neste aspecto, cabe lembrar que, segundo o Instituto, o objetivo do PAQP é

procurar divulgar os produtos irregulares para que o consumidor, estando melhor informado, faça a sua escolha mais consciente (INMETRO, 1998).

De forma geral, as respostas obtidas junto aos agentes das indústrias que integram a pesquisa, mostram o desconhecimento com relação aos procedimentos metodológicos adotados pelo PAQP principalmente no que se refere a amostragem e por isso acreditam que haja imparcialidade na escolha de empresas e amostras das marcas dos produtos. Sendo assim, acredita-se que esclarecimentos a respeito dos procedimentos metodológicos poderiam estar sendo divulgados pelo Instituto para todos os setores envolvidos.

A questão da responsabilidade em caso de irregularidade também foi considerada por uma empresa, devido à tradicional qualidade do produto, registrada ao sair da empresa e, nas etapas de comercialização, ser incorporada alguma irregularidade, seja decorrente do transporte ou durante o armazenamento inadequado. No entanto, a dificuldade em comprovar o exato momento da ocorrência da irregularidade contribui para que a indústria assuma todas as conseqüências decorrentes da adulteração dos produtos. Cabe lembrar que, pelo Código de Defesa do Consumidor, tanto o fabricante como os comerciantes seriam co-responsáveis. Percebe-se que esses assuntos preocupam principalmente os fabricantes, pois quando são divulgados os resultados das análises não se menciona onde o produto foi adquirido, mas enfatiza-se o local e identificação do responsável pela fabricação. Convém ressaltar que, a presença de bolores, umidade, entre outros, pode ser devido ao acondicionamento incorreto nos comércios.

Outro dado interessante, obtido nessa pesquisa, foi a citação espontânea sobre a atuação do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC, entidade não governamental que realiza testes comparativos entre diversos produtos, inclusive alimentos. O IDEC também divulga os resultados das análises para a população em geral e foi mencionado pelas empresas que as divulgações dos resultados dessas análises são de caráter sensacionalista e que deveriam ser revistas pelo Instituto.

Observou-se que os agentes das empresas acreditam que, por falta de conhecimento técnico, as falhas que não representam riscos à saúde do consumidor podem estar sendo

interpretadas indevidamente. Cabe citar que em decorrência de um erro na rotulagem de produtos, por exemplo, indivíduos que possuem algum tipo de restrição alimentar podem ter a sua saúde prejudicada. Neste sentido, sabe-se que se não for avaliado o grau de risco, o erro encontrado nas análises pode ser interpretado erroneamente como sendo sem gravidade, o que constitui um fator considerável de risco.

Em alguns estabelecimentos de comércio atacadista e varejista, relatou-se que, após a divulgação, pela mídia, de algum tipo de irregularidade do produto, a tendência da maioria dos clientes é a de substituir o produto por outro que não teve a sua qualidade colocada em dúvida. Esse fato foi citado também por LIPORACE (1996) em seu estudo sobre a ação dos consumidores na qualidade de bens e serviços. A autora mostrou que, quando o nome da empresa ou o da marca do produto fica exposto negativamente, a tendência é que os consumidores prefiram os produtos aos quais ainda reconhece-se melhor nível de qualidade. No entanto, as empresas alegaram que o impacto na venda dos produtos que tiveram algum tipo de não-conformidade detectada acaba sendo apenas imediato e que, com o passar do tempo, prevalece o esquecimento dos problemas, por parte dos consumidores.

Para as empresas, a melhoria da qualidade dos produtos decorre de um amplo sistema de qualidade e que o programa do INMETRO atua apenas como coadjuvante. No entanto, nos comércios atacadistas e varejistas constatou-se que o programa impulsionou consideravelmente a melhora nos produtos oferecidos no mercado. Sabe-se que, atualmente, as indústrias de alimentos preocupam-se, de maneira mais efetiva, com a qualidade de seus produtos tendo em vista que os consumidores revelam maior grau de exigência e maior consciência sobre o tema e a divulgação das análises pela imprensa tem contribuído para que tal situação se consolide. Além disso, estudos como o de GARDNER (1993), entre outros, comprovam a afirmação.

Ao longo da atuação do Programa de Análise da Qualidade de Produtos foram realizados vários testes de conformidade, possibilitando a constatação de irregularidades em relação à qualidade de alimentos nacionais e importados (INDÚSTRIA de alimentos na

berlinda, 1998), o que comprova que, apesar da preocupação das indústrias com a melhoria da qualidade dos produtos e serviços, ainda é necessário priorizar os processos relativos ao controle de qualidade.

O INMETRO realizou algumas pesquisas com os consumidores e um dos resultados obtidos refere-se à qualidade dos produtos. Quando indagados sobre a qualidade dos produtos, as pessoas tendem a relacionar à qualidade ao aspecto da segurança do produto. Outro dado constatado foi que devido ao Instituto ter o caráter fiscalizador, tendo como base pesos e medidas, ele acaba tendo maior reconhecimento perante a população brasileira (INMETRO, 1996 e 1997). Isto retrata, de certa forma, a importância que um programa realizado pelo INMETRO pode ter para todos os envolvidos quer do setor público, quer do setor privado ou, ainda, para os consumidores.

Sabe-se que os setores público e privado devem criar condições satisfatórias para que os produtos, especialmente os de origem alimentar, comercializados no país, estejam isentos de irregularidades (SALAY, 1999 e SALAY *et alii*, 2001). Os órgãos fiscalizadores no cumprimento de suas atribuições em relação à legislação deveriam exigir das empresas privadas a adoção de métodos de controle de qualidade mais eficazes, como está previsto pela legislação em vigor, a saber os sistemas de qualidade como as Boas Práticas de Fabricação - BPF e a Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC (MIGUEL, 2000). Isto diminuiria, em grande parte, a necessidade de análises como as realizadas pelo INMETRO e também por organizações como o IDEC com o objetivo de verificar a excelência da qualidade dos produtos.

Conclusões e recomendações

Tendo por base os dados obtidos junto às indústrias de alimentos, constatou-se que o maior impacto da divulgação dos resultados das análises do INMETRO pela imprensa ocorreu nos comércios atacadistas e varejistas. Sendo assim, é necessário o esclarecimento imediato pelas indústrias, sobre as irregularidades apresentadas na mídia, para evitar a conseqüente queda nas vendas dos produtos citados.

Entre outros aspectos as empresas alegaram que, embora os seus produtos sejam utilizados como objeto de estudo pelo PAQP do INMETRO, elas simplesmente não são consultadas. Acredita-se que, em virtude dessa ausência de esclarecimentos, o INMETRO deva estabelecer dentre os seus objetivos um conjunto de ações que ampliem a divulgação do PAQP, tendo como alvo as empresas em questão.

A maioria das indústrias alegou desconhecer a metodologia utilizada pelo programa e que seu conhecimento decorre do conteúdo da informação divulgada pela mídia. A crítica maior das empresas foi em relação à amostragem dos produtos analisados e à imparcialidade na escolha dos fabricantes. Neste aspecto, convém lembrar que, segundo o INMETRO, o PAQP procura utilizar os produtos mais consumidos pela população brasileira, considerando todas as regiões.

Neste sentido, sugere-se que o Instituto preste maiores esclarecimentos, para as empresas, em relação aos procedimentos metodológicos adotados principalmente no que se refere à amostragem. Além disso, seria interessante promover a divulgação dos resultados das análises pela imprensa com maior frequência, tendo em vista que atualmente eles não têm sido exibidos rotineiramente.

É importante salientar que, na opinião de algumas empresas visitadas, os condutores do PAQP deveriam ser os próprios órgãos governamentais fiscalizadores. Considerou-se

que, se o INMETRO assume esse tipo de função que não é própria do Instituto. Tal situação provavelmente se dá em virtude da ineficácia dos próprios setores públicos reguladores. Por outro lado, algumas empresas acreditam que o impacto do PAQP não seja tão representativo para os setores públicos responsáveis justamente por não serem eles quem assumem a implementação desse programa.

Referências bibliográficas

ABOUT the partnership for food safety education. Elevating the importance of safe food handling among consumers. Disponível em: <http://fightbac.org/about/elevate> Acesso em: 25 June 1998.

AGUILAR, M.J. ; ANDER-EGG, E. **Avaliação de serviços e programas sociais**. 2ª. ed., Petrópolis, Vozes, 1995, 199p.

ALMEIDA, P.F; ALMEIDA, R.C.C.; SANTOS, G.C. Contaminação microbiológica de pratos cárneos servidos a pacientes em hospitais da cidade de Salvador. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v.9, n.36, 1995.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Evaluación de projetos sociales**. Buenos Aires, Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planification Economica y Social (ILPES). Centro Interamericano de Desarrollo Social CIDES/OEA), 1988, 341p.

GARDNER, S. Consumers and food safety: a food industry perspective. **Food, Nutrition and Agriculture**, Rome, v. 2, n.8/9, p. 11 - 16, 1993.

INDÚSTRIA de alimentos na berlinda. **Nova Manutenção y Qualidade**, Rio de Janeiro, v.3, n.20, p.13-14, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL – INMETRO. **Programa de educação para o consumo**. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br> Acesso em: 19 fev. 1998.

_____. **Pesquisa de opinião pública sobre o INMETRO**. 1996,8p. (mimeografado).

_____. **Pesquisa de opinião pública sobre o INMETRO**. 1997,15p. (mimeografado).

LIPORACE, T.D. **Ação dos consumidores na qualidade de bens e serviços**. Rio de Janeiro, 1996. 125p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MIGUEL, M.; LAMARDO, L.C. A. ; GALVÃO, M. S.; NAVAS, S.A. GARBELOTTI, M.L.; BRANCIFORTE, M. Legislação em higiene alimentar e suas aplicações. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v.11, n. 68/69, p.107- 114, 2000.

NASCIMENTO, A. R.; MARQUES, C.M.P. Avaliação microbiológica de saladas “in natura”, oferecidas em restaurantes *self - service* de São Luiz, MA. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v.12, n.57, 1998.

RESENDE, R.U. Brazil: A case study. **Food Policy**, Guilford, v.18, n.2, p.120-130, 1993.

SALAY, E. **Alimento seguro: desafios para os setores público e privado**. In: Livro de Programas e Resumos do III Simpósio Latino Americano de Ciência de Alimentos, Campinas – SP, 1999.

SALAY, E. ; CARVALHO, J.F.de Avaliação do programa de merenda escolar do município de Campinas, Brasil. **Arquivos Latinoamericanos de Nutrición**, Caracas, v. 45, n.3, p. 167-171, 1995.

_____. Le service alimentaire des écoles maternelles à Campinas, Brésil. **Food, Nutrition and Agriculture**, Rome, v. 16, p. 29-34, 1996.

SALAY, E.; CASWELL, J. Developments in Brazilian Food Safety Policy. **The International Food and Agribusiness Management Review**, Greenwich. v.1, n.2, p. 167-177, 1998.

SALAY, E.; PEREIRA, J.L.; MERCADANTE, A. M.; NETTO, F.M.; CAVALLI, S.B. Food safety issues in developing nations: a case study of Brazil. In: Ed. Hooker, N.H.& Murano E. A **Interdisciplinary Food Safety Research**. Editora CRC Press, New York, p. 87- 120, 2001.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **The role of food safety in health and development**. (Technical Report Series nº 705), Geneva, 1984. 79p.

_____. **Evaluation of programmes to ensure food safety: guiding principles**. (Technical Report Series nº 705), Geneva, 1989. 47p.

_____. **Guideline for strengthening a national food safety programme**. Food Safety Issues, (Technical Report Series nº 705), Geneva, 1996. 24p.

Capítulo 4 - O PROGRAMA DE ANÁLISE DA QUALIDADE DE PRODUTOS DO INMETRO: REPERCUSSÃO DOS RESULTADOS SOBRE ALIMENTOS PARA OS CONSUMIDORES DA CIDADE DE CAMPINAS - SP

Resumo

Uma amostra da população do município de Campinas do Estado de São Paulo foi entrevistada com o objetivo de avaliar o Programa de Análise da Qualidade de Produtos – PAQP do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial – INMETRO. Esse Programa elabora a análise da qualidade de diversos produtos inclusive os alimentos e os resultados são divulgados, para a população, pela imprensa televisiva. Das 255 pessoas entrevistadas, 104 revelaram desconhecer o PAQP. Observou-se que as pessoas mais jovens revelaram maior grau de informação e que entre a população, com menor nível de escolaridade foi pequena a proporção que revelou conhecer o INMETRO e o PAQP. Os indivíduos com baixo rendimento apresentaram menor grau de informação sobre o INMETRO e o PAQP. Os homens mostraram ter maior conhecimento do INMETRO quando comparado o nível de conhecimento das mulheres; por outro lado, quanto ao conhecimento do PAQP, as respostas foram similares. Por meio de análises de medidas de associação, observou-se que essas se revelaram positivas quando considerou-se que quem conhecia o INMETRO, conhecia ainda mais o PAQP. Constatou-se maior nível de associação entre as respostas dos homens do que nas das mulheres. Quase a totalidade das pessoas que afirmaram conhecer o PAQP, responderam que assistiam aos resultados divulgados pela imprensa televisiva e a maioria o fazia semanalmente. Das pessoas que conheciam o PAQP e tomavam conhecimento dos resultados divulgados, a maioria lembrou dos problemas que tiveram quando se considerou a qualidade dos alimentos. Desse agrupamento, parcela substancial deixou de adquirir o alimento ou a marca, o que

comprovou os efeitos, pelo menos os imediatos, das divulgações do PAQP para os consumidores. Por outro lado, foram poucas as pessoas que, quando indagadas, lembraram efetivamente dos produtos e das marcas que foram analisadas, assim como as irregularidades apresentadas. De forma geral, os consumidores revelaram deter pouco conhecimento a respeito do PAQP do INMETRO, o fato sugere que divulgações mais amplas possam ser conduzidas, inclusive por meio de publicações.

Termos de indexação: controle de alimentos, qualidade, consumidor.

THE PROGRAM FOR THE ANALYSIS OF THE QUALITY OF PRODUCTS OF THE INMETRO: REPERCUSSIONS OF RESULTS IN THE FOODS FOR CONSUMERS IN THE CITY OF CAMPINAS, SP, BRAZIL

Summary

A sample of the population of the city of Campinas in the State of São Paulo, Brazil, was interviewed about the Program for the Analysis of the Quality of Products – PAQP, of the National Institute of Metrology and Industrial Quality – INMETRO. This program analyzes the quality of various products, including those of food origin, and divulges the results to the general public on television. Of the 255 people interviewed, 104 knew nothing of PAQP. It was observed that the younger people were better informed, but that those with little formal education knew little of INMETRO and PAQP. Those individuals in the low income bracket also showed little knowledge of INMETRO and PAQP. Men showed a greater knowledge of INMETRO than women, but with respect to PAQP, the replies were similar. With respect to measures of association, all were positive, and those who knew about INMETRO, knew even more about PAQP. A greater association between the replies of the men was noted than between those of the women. Almost all those who replied that they knew about PAQP, replied that they regularly viewed the results divulged on television, and the majority watched every week. Of those who knew about PAQP and viewed the results, the majority remembered the problems encountered with the quality of the foods. The majority of these people stopped buying the food or the brand shown to be deficient, thus proving the effectiveness, at least on an immediate basis, of divulging the results to the consumers. On the other hand, few people effectively remembered the products and brands which were analyzed, nor the irregularities presented. In general, consumers knew little about the INMETRO PAQP program, which suggests that more ample divulging of the results is necessary, including publication in the printed form.

Index terms: food control, quality, consumer.

Introdução

Nas últimas décadas, parcela cada vez maior de consumidores brasileiros, tem revelado um maior nível de exigência quanto ao mercado. Pode-se atribuir tal conquista, ao advento do Código de Defesa do Consumidor. Essa legislação ampliou os direitos da população e possibilitou maior acesso do conhecimento de seus direitos e deveres, fazendo com que os cidadãos se tornassem mais conscientes.

Após o Código de Defesa do Consumidor ter entrado em vigor no Brasil, vários órgãos em prol da conscientização da população passaram a atuar mais efetivamente, como por exemplo a Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON e o Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial – INMETRO, além das organizações não-governamentais como o Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC (VIEIRA, 1999). Em outros países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos, as organizações de defesa dos consumidores são mais atuantes e os consumidores também participam mais intensivamente no controle de alimentos (GUILFORD, 1993; LIPORACE, 1996).

Sabe-se que em países como o Brasil, problemas com a segurança do alimento persistem, e tal fato causa preocupação, pois parte da população ainda não tem acesso as condições mínimas de sobrevivência o que pode representar, devido as precárias condições de higiene, maior risco de contaminação por alimentos. Assim, órgãos como a Organização Mundial de Saúde - WHO e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO têm incentivado a implantação de programas efetivos de controle dos alimentos, principalmente em localidades com características semelhantes ao Brasil (BOUTRIF, 1995; WHO, 1984).

Os órgãos responsáveis pela legislação em alimentos no País são os Ministérios da Saúde – MS e o da Agricultura e do Abastecimento - MAA. O Ministério da Saúde²⁴ é o responsável pelo controle da totalidade dos alimentos industrializados, com exceção de produtos de origem animal e bebidas que são registrados e fiscalizados pelo Ministério da Agricultura por meio do Serviço de Inspeção Federal - SIF. Atuam também no controle de alimentos no Brasil órgão como o Ministério do Desenvolvimento e Comércio – MDIC e o Ministério da Justiça (SALAY & CASWELL, 1998).

O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, vinculado ao MDIC, é encarregado de executar a Política Metrológica Nacional e delega aos estados brasileiros a competência para executar a metrologia legal atuando na regulamentação dos produtos pré-medidos e os instrumentos de medição por meio dos Institutos de Pesos e Medidas – IPEM.

O INMETRO também coordena o “Projeto Estratégico Conscientização e Educação do Consumidor e do Usuário”, do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade - PBQP, desenvolvido pelo Governo Federal, que atua em ações para a informação, esclarecimento, organização e conscientização dos consumidores e usuários. Em 1996, o Instituto criou o Projeto Estratégico “Educação para o Consumo” com o objetivo de melhorar a conscientização da população brasileira. Esse Projeto possui dois programas, o Programa de Análise da Qualidade de Produtos e o Programa Educação dos Consumidores. O Programa de Análise da Qualidade de Produtos analisa a qualidade de diversos produtos industrializados disponíveis no mercado, incluindo os alimentos (INMETRO, 1998).

No Brasil, são poucos os estudos que analisam a contribuição das organizações de defesa dos consumidores para a promoção da qualidade de alimentos (LIPORACE, 1996; VIEIRA, 1999). Esse quadro de precariedade de informações sobre os efeitos dos programas de educação para o consumo no País motivou a avaliação do Programa de

²⁴ O Ministério da Saúde formula, acompanha e avalia a política nacional de vigilância sanitária e as diretrizes gerais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. A ANVISA normatiza, controla e fiscaliza produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde (BRASIL, 1999).

Análise da Qualidade de Produtos Alimentícios do INMETRO implementada na presente pesquisa.

Procedimentos metodológicos

Considerando os objetivos propostos utilizou-se a modalidade de avaliação de resultados. O Programa de Análise da Qualidade dos Alimentos foi analisado quanto aos seus efeitos para os consumidores. Serviram de referencial metodológico para a pesquisa principalmente os trabalhos de RISSATTO (1999) e VIEIRA (1999), além de estudos sobre avaliação de programas públicos (WHO 1989 e 1996).

Universo da pesquisa e coleta de dados

A pesquisa foi realizada na cidade de Campinas no Estado de São Paulo, considerada uma área metropolitana do ponto de vista demográfico e econômico. De acordo com o Censo Demográfico a população de Campinas totaliza 967.921 habitantes (IBGE, 2000).

Foram realizadas entrevistas sobre o Programa de Análise da Qualidade de Produtos Alimentícios durante o período de 10 a 14 de julho de 2000, nas principais rotas públicas que possibilitam o acesso aos centros comerciais do município. Os indivíduos que participaram da pesquisa foram entrevistados após o prévio consentimento, atendendo as normas éticas e científicas da Resolução 196, 10/10/96 – Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (Anexo 7).

O questionário adotado para a obtenção dos dados junto à população foi previamente testado em um estudo piloto, que envolveu cerca de 30 pessoas. Para a efetiva implementação da pesquisa foram feitas alterações no instrumento inicial (Anexo 8). Os consumidores foram caracterizados, adotando-se os seguintes indicadores sócio-econômicos: faixa etária, nível de instrução, renda e sexo. Escolheu-se também alguns indicadores levando-se em consideração os objetivos da avaliação de analisar os resultados do Programa para os consumidores, relacionados a seguir:

1. O grau de conhecimento do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial - INMETRO e do Programa de Análise da Qualidade de Produtos – PAQP realizado pelo Instituto;
2. Os efeitos da divulgação pela imprensa dos resultados do PAQP para a aquisição dos produtos.

Análise estatística

Para essa pesquisa foi utilizada uma amostragem aleatória simples em cada estrato de faixa etária e o respectivo nível de instrução para ambos os sexos, para melhorar a eficiência dos valores e assim minimizar uma possível variância indesejável na amostra (Anexo 9). Considerou-se uma amostra de 255 pessoas, para uma estimativa com 95% de confiança.

Foi realizada a aplicação de teste de associação de *Mc Nemmar* que visa captar a existência de associação entre as variáveis relativas ao conhecimento do INMETRO e do PAQP (CONOVER, 1980; SIEGEL, 1996). Para tanto, este teste possibilitou identificar se houve algum tipo de associação para as diferentes variáveis, levando em consideração mudanças significativas nas respostas de igual categoria.

Foram calculadas ainda as porcentagens de rejeição para a marca (P) dos produtos. Além disso, utilizou-se o teste de qui-quadrado para identificar a associação entre as variáveis: compra a marca e/ou o produto associada com as características sócio-econômicas da população.

Resultados

Na Tabela 1, é possível observar que ao considerar as faixas etárias de 15 a 24 anos, os indivíduos revelam um melhor grau de informação sobre o PAQP e sobre o INMETRO, quando comparado as faixas etárias maiores e constatou-se também maior conhecimento nos níveis de instrução mais elevados. Por outro lado, nos níveis de instrução inferiores foi menor o nível de conhecimento tanto do Instituto como do Programa. Como esperado, quando se considera a renda familiar o comportamento é similar ao observado tendo como base o nível de instrução. Assim, nos três primeiros níveis foi constatada pouca informação sobre o INMETRO e o PAQP, no entanto observou-se que ocorreu o inverso com os que recebiam acima de 5 salários mínimos. Notou-se também que os homens possuíam maior conhecimento do INMETRO, entretanto quanto ao conhecimento sobre o PAQP as distribuições foram similares (Tabela 1).

Aplicando o teste de qui-quadrado observou-se que para a totalidade das características estudadas o efeito não foi significativo, deste modo existiu um paralelismo nas respostas, quem revelou conhecimento do INMETRO detinha informação a respeito do PAQP. No entanto, para os entrevistados com renda acima de 2 a 5 salários mínimos e para as pessoas do sexo feminino este efeito foi significativo. Sendo assim, verificou-se que houve uma frequência elevada de entrevistados que conheciam o PAQP e não conheciam o INMETRO em relação aos que conheciam o INMETRO e não conheciam o PAQP. (Tabelas 2 e 3).

Praticamente a totalidade dos indivíduos que deixaram de comprar o produto rejeitaram também a marca, a saber 90,0% e a maioria dos indivíduos deixou de comprar a marca em percentagens acima de 80,0%. Os indivíduos com ensino fundamental completo e ensino médio incompleto se interessaram menos na questão da rejeição da marca, assim como indivíduos com renda familiar acima de 20 salários mínimos (Tabela 4).

Observou-se também, por meio dos resultados do teste de qui-quadrado, que houve diferença significativa das respostas sobre ter deixado de comprar o produto e/ou a marca,

para o sexo, sendo que os homens foram mais indiferentes quando se compara os resultados aos obtidos junto às mulheres. Na faixa etária de 40 a 54 anos constatou-se uma significativa queda do número de pessoas que deixaram de comprar em relação às outras faixas etárias. Não houve diferenças significativas das respostas em relação à renda familiar e ao nível de instrução (Tabela 5).

Tabela 1 – Conhecimento da população relativo ao Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial - INMETRO e o Programa de Análise da Qualidade de Produtos - PAQP, Campinas, SP, 2000.

Variáveis	INMETRO				PAQP				Total	
	Sim		Não		Sim		Não			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Idade										
15 a 24 anos	37	59,7	25	40,3	43	69,4	19	30,6	62	100,0
25 a 39 anos	54	55,1	44	44,9	64	65,3	34	34,7	98	100,0
40 a 54 anos	27	46,6	31	53,4	30	51,7	28	48,3	58	100,0
55 anos ou mais	12	32,4	25	67,6	14	37,8	23	62,2	37	100,0
Total	130	51,0	125	49,0	151	59,2	104	40,8	255	100,0
Teste de X ²	8,09*				12,49**					
Nível de instrução										
Nenhum	1	7,7	12	92,3	2	15,4	11	84,6	13	100,0
Ensino fundamental incompleto	27	27,3	72	72,7	35	35,4	64	64,6	99	100,0
Ensino fundamental completo	25	78,1	7	21,9	27	84,4	5	15,6	32	100,0
Ensino médio incompleto	15	60,0	10	40,0	20	80,0	5	20,0	25	100,0
Ensino médio completo	21	58,3	15	41,7	23	63,9	13	36,1	36	100,0
Superior incompleto	24	82,8	5	17,2	25	86,2	4	13,8	29	100,0
Superior completo ou mais	17	80,9	4	19,1	19	90,5	2	9,5	21	100,0
Total	130	51,0	125	49,0	151	59,2	104	40,8	255	100,0
Teste de X ²	60,55**				62,22**					
Estrato de renda ²⁵										
Até 1 s.m.	2	14,3	12	85,7	4	28,6	10	71,4	14	100,0
Mais de 1 a 2 s.m.	6	27,3	16	72,7	8	36,4	14	63,6	22	100,0
Mais de 2 a 5 s.m.	14	26,4	39	73,6	22	41,5	31	58,5	53	100,0
Mais de 5 a 10 s.m.	57	60,6	37	39,4	63	67,0	31	33,0	94	100,0
Mais de 10 a 20 s.m.	35	71,4	14	28,6	36	73,5	13	26,5	49	100,0
Mais de 20 s.m.	16	69,6	7	30,4	18	78,3	5	21,7	23	100,0
Total	130	51,0	125	49,0	151	59,2	104	40,8	255	100,0
Teste de X ²	39,60**				26,81**					
Sexo										
Feminino	62	45,3	75	54,7	79	57,7	58	42,3	137	100,0
Masculino	68	57,6	50	42,4	72	61,0	46	39,0	118	100,0
Total	130	51,0	125	49,0	151	59,2	104	40,8	255	100,0
Teste de X ²	3,88**				0,30n.s.					
Legenda:	n.s. = não significativo (P>0,05)									
	* = significativo (P< 0,05)									
	** = significativo (P<0,01)									

²⁵ Renda familiar em salários mínimos (s.m.), a saber, o salário vigente na época era de R\$ 151,00.

Tabela 2 - Nível de conhecimento sobre Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial - INMETRO e do Programa de Análise da Qualidade de Produtos - PAQP de acordo com a idade e nível de instrução da população, Campinas, SP, 2000.

		INMETRO		PAQP		
			Sim	Não	Total	X ²
Idade						
15 a 24 anos	Sim	34	3	37	2,8 n.s.	
	Não	9	16	25		
	Subtotal	43	19	62		
25 a 39 anos	Sim	47	7	54	3,38 n.s.	
	Não	17	27	44		
	Subtotal	64	34	98		
40 a 54 anos	Sim	23	4	27	0,36 n.s.	
	Não	7	24	31		
	Subtotal	30	28	58		
55 anos ou mais	Sim	8	4	12	0,10 n.s.	
	Não	6	19	25		
	Subtotal	14	23	37		
	Total	151	104	255		
Nível de instrução						
Até o ensino fundamental incompleto	Sim	19	9	28	2,37 n.s.	
	Não	18	66	84		
	Subtotal	37	75	112		
Ensino fundamental completo	Sim	24	1	25	0,25 n.s.	
	Não	3	4	7		
	Subtotal	27	5	32		
Ensino médio incompleto	Sim	15	0	15	3,20 n.s.	
	Não	5	5	10		
	Subtotal	20	5	25		
Ensino médio completo	Sim	16	5	21	0,08 n.s.	
	Não	7	8	15		
	Subtotal	23	13	36		
Superior incompleto	Sim	21	3	24	0,00 n.s.	
	Não	4	1	5		
	Subtotal	25	4	29		
Superior completo ou mais	Sim	17	0	17	0,50 n.s.	
	Não	2	2	4		
	Subtotal	19	2	21		
	Total	151	104	255		

Tabela 3 – Nível de conhecimento sobre o Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial – INMETRO e o Programa de Análise da Qualidade de Produtos - PAQP de acordo com a renda familiar e o sexo dos consumidores entrevistados em Campinas, SP, 2000.

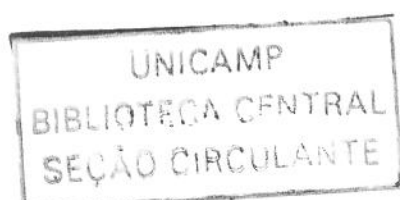
		INMETRO		PAQP		X ²
			Sim	Não	Total	
Estrato de renda						
Até 2 s.m.	Sim		7	1	8	1,50n.s.
	Não		5	23	28	
	Subtotal		12	24	36	
Mais de 2 a 5 s.m.	Sim		12	2	14	4,08*
	Não		10	29	39	
	Subtotal		22	31	53	
Mais de 5 a 10 s.m.	Sim		49	8	57	1,14 n.s.
	Não		14	23	37	
	Subtotal		63	31	94	
Mais de 10 a 20 s.m.	Sim		30	5	35	0,00 n.s.
	Não		6	8	14	
	Subtotal		36	13	49	
Mais de 20 s.m.	Sim		14	2	16	0,17 n.s.
	Não		4	3	7	
	Subtotal		18	5	23	
	Total		151	104	255	
Sexo						
Feminino	Sim		53	9	62	7,31**
	Não		26	49	75	
	Subtotal		79	58	137	
Masculino	Sim		59	9	68	0,41 n.s.
	Não		13	37	50	
	Subtotal		72	46	118	
	Total		151	104	255	
Ambos						
	Sim		112	18	130	7,02**
	Não		39	86	125	
	Total		151	104	255	

Tabela 4 – Nível de rejeição da marca (P), de acordo com as características sócio-econômicas da população em Campinas, SP, 2000.

	Marca		% (P)
	Sim	Não	
Idade			
15 a 24 anos	26	5	83,9
25 a 39 anos	45	2	95,7
40 a 54 anos	11	2	84,6
55 anos ou mais	8	1	88,9
Nível de instrução			
Até o ensino fundamental incompleto	25	0	100,0
Ensino fundamental completo	11	4	73,3
Ensino médio incompleto	10	3	76,9
Ensino médio completo	18	0	100,0
Superior incompleto	16	1	94,1
Superior completo ou mais	10	2	83,3
Estrato de renda			
Até 2 s.m.	7	0	100,0
Mais de 2 a 5 s.m.	14	2	87,5
Mais de 5 a 10 s.m.	43	3	93,5
Mais de 10 a 20 s.m.	18	1	94,7
Mais de 20 s.m.	8	4	66,7
Sexo			
Feminino	55	3	94,8
Masculino	35	7	83,3
Total			
	90	10	90,0

Tabela 5 – Teste de qui-quadrado considerando as variáveis sócio-econômicas das pessoas que deixaram de comprar o produto e/ou a marca, em Campinas, SP, 2000.

Características sócio-econômicas	Deixou de comprar		Total	X ²
	Sim	Não		
Idade				
15 a 24 anos	31	9	40	10,92*
25 a 39 anos	47	17	64	
40 a 54 anos	13	17	30	
55 anos ou mais	9	5	14	
Nível de instrução				
Até o ensino fundamental incompleto	25	12	37	3,58 n.s.
Ensino fundamental completo	15	12	27	
Ensino médio incompleto	13	6	19	
Ensino médio completo	18	5	23	
Superior incompleto	17	6	23	
Superior completo ou mais	12	7	19	
Estrato de renda				
Até 2 s.m.	7	4	11	3,32 n.s.
Mais de 2 a 5 s.m.	16	6	22	
Mais de 5 a 10 s.m.	46	17	63	
Mais de 10 a 20 s.m.	19	15	34	
Mais de 20 s.m.	12	6	18	
Sexo				
Feminino	58	19	77	4,41*
Masculino	42	29	71	
Total	100	48	148	



Das pessoas que afirmaram conhecer o PAQP, praticamente a totalidade responderam que assistem aos resultados divulgados pelo programa televisivo e a maioria alegou tê-los visto em todas as semanas, nas quais o programa foi exibido. Dos alimentos com problemas de qualidade, os mais citados foram a farinha, com 24,7%; o leite, com 11,3%; o arroz, com 9,2%; a água, o óleo e o palmito, com 6,3% e o sal, com 5,6%. Dos entrevistados, 66,7% não se lembraram dos problemas com a qualidade dos alimentos e entre os que recordaram, grande parcela citou problemas de contaminação microbiológica, adulteração, informação nutricional, clandestinidade e validade, perfazendo os respectivos valores: 12,7%, 9,8%, 7,8%, 2,0% e 0,9%, para os itens considerados. Em relação aos alimentos que a população deixou de comprar, 40,0% dos indivíduos alegaram não se lembrar, entre os que se lembraram, os alimentos mais citados foram: palmito (9,3%), farinha (8,3%), leite (7,4%), arroz (5,6%), enlatados (4,6%), café, sal e água (3,7%) (Tabela 6).

Na Tabela 7, constatou-se que a maioria dos entrevistados não se lembrou dos nomes das marcas dos produtos analisados pelo PAQP do INMETRO e as marcas que pararam de adquirir em virtude dos problemas apresentados nas análises e divulgados pela imprensa. Os consumidores que se lembraram das marcas citaram: Farinha *Dona Benta*, Leite *Parmalat*, Arroz *Camil*, Farinha *Renata*, Leite *Leco*, Farinha *Nita* e Arroz *Tio João*, entre outras. E as marcas que os entrevistados alegaram parar de adquirir em virtude dos resultados das análises do programa foram: Arroz *Camil*, Farinha *Dona Benta*, *Ceval*, Sardinha *Coqueiro*, Suco *Maguary*, Leite *Parmalat* e Arroz *Tio João*.

Em relação às demais fontes de informações sobre análise da qualidade de produtos, das pessoas que registraram conhecer, 68,0% lembraram-se dos Institutos que divulgaram as informações e 36,0% desses entrevistados citaram o Instituto Adolfo Lutz. Alguns comentários espontâneos foram registrados pelos consumidores. Por meio deles pode-se perceber que a maioria das pessoas apóia o PAQP e o tipo de divulgação, dirigida à população, realizada pela imprensa televisiva para a população (Tabela 8).

Tabela 6 – O Programa de Análise da Qualidade de Produtos - PAQP do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial - INMETRO, de acordo com a citação dos alimentos irregulares, problemas encontrados e o comportamento quanto à aquisição de alimentos e bebidas manifestados pelos consumidores, em Campinas, SP, 2000.

Características consultadas	%	Características consultadas	%
Frequência da audiência do PAQP		Problemas encontrados	
Semanalmente	45,0	Não lembraram	66,7
Quinzenalmente	25,0	Contaminação microbiológica	12,7
Algumas vezes	25,0	Adulteração	9,8
Mensalmente	5,0	Informação nutricional	7,8
		Clandestinidade	2,0
		Validade	0,9
Alimentos com problemas de qualidade		Alimentos e bebidas que os consumidores pararam de comprar	
Farinha	24,7	Não lembraram	47,2
Leite	11,3	Palmito	9,3
Arroz	9,2	Farinha	8,3
Água	6,3	Leite	7,4
Óleo	6,3	Arroz	5,6
Palmito	6,3	Enlatados	4,6
Sal	5,6	Água	3,7
Enlatados	4,9	Café	3,7
Embutidos	3,5	Sal	3,7
Não lembraram	3,5	Óleo	1,9
Café	2,1	Macarrão	0,9
Iogurte	2,1	Massa de tomate	0,9
Massa de tomate	2,1	Pão de forma	0,9
Pão de forma	2,1	Suco	0,9
Azeite	1,4	Vinagre	0,9
Biscoito	1,4		
Macarrão	1,4		
Queijo	1,4		
Açúcar	0,7		
Composto líquido pronto para o consumo	0,7		
Maionese	0,7		
Margarina	0,7		
Suco	0,7		
Vinagre	0,7		

Tabela 7 – Marcas mencionadas e a interrupção de aquisição, condicionada pela divulgação dos resultados das análises do Programa de Análise da Qualidade de Produtos - PAQP, Campinas, SP, 2000.

Marcas citadas	%	Marcas que pararam de comprar	%
Não lembraram	59,05	Não lembraram	88,0
Farinha <i>Dona Benta</i>	8,60	Arroz <i>Camil</i>	4,0
Leite <i>Parmalat</i>	6,70	Farinha <i>Dona Benta</i>	3,0
Arroz <i>Camil</i>	5,71	<i>Ceval</i>	1,0
Farinha <i>Renata</i>	3,81	Sardinha <i>Coqueiro</i>	1,0
Leite <i>Leco</i>	2,90	Suco <i>Maguary</i>	1,0
Farinha <i>Nita</i>	2,85	Leite <i>Parmalat</i>	1,0
Arroz <i>Tio João</i>	1,90	Arroz <i>Tio João</i>	1,0
Pão <i>Wickbold</i>	0,95		
<i>Ceval</i>	0,95		
Sardinha <i>Coqueiro</i>	0,95		
Molho <i>Etti</i>	0,95		
Maionese <i>Gourmet</i>	0,95		
Arroz <i>Pillecco</i>	0,95		
Bebida <i>Red Bull</i>	0,95		
Café <i>Melitta</i>	0,95		
<i>Sadia</i>	0,95		

Tabela 8 – Fontes de informações sobre a análise da qualidade de produtos consideradas pelos consumidores e comentários espontâneos sobre o Programa de Análise da Qualidade de Produtos – PAQP, em Campinas, SP, 2000.

Outras informações obtidas	%
Institutos citados	
Instituto Adolfo Lutz	36,0
Não lembraram	32,0
ITAL	12,0
Instituto Agrônômico	12,0
Fundação Oswaldo Cruz	4,0
PROCON	4,0
Comentários espontâneos	
<i>"...Boa iniciativa"</i>	58,7
<i>"Contribui para melhorar a conscientização da população..."</i>	21,3
<i>"...Deveriam ser mais freqüentes essas divulgações"</i>	13,3
<i>"...Deveria ser divulgado esse tipo de análise também por outros meios de comunicação"</i>	4,0
<i>"Deveria existir maior fiscalização..."</i>	2,7

Discussão e conclusões

Os consumidores entrevistados revelaram que ainda é pequeno o nível de conhecimento sobre o Programa de Análise da Qualidade de Produtos - PAQP e sobre o INMETRO. No entanto, verificou-se que a maioria dos indivíduos que conhecia o INMETRO também detinha informação a respeito do PAQP e que os indivíduos mais jovens revelaram melhor grau de informação sobre o Programa e sobre o Instituto, assim como as pessoas com nível de instrução mais elevados e com renda familiar maior. Tais resultados eram esperados, pois a literatura já revelava que pessoas com maior poder aquisitivo e também com maior nível de escolaridade demonstraram ser melhor informadas e exigentes quanto a qualidade dos produtos.

Convém lembrar que o INMETRO já havia realizado duas pesquisas de opinião pública. Em 1996, uma das pesquisas revelou que 42,0% dos indivíduos entrevistados conheciam o INMETRO e em 1997 o levantamento mostrou que esse índice foi elevado para 48,0%. Nos dois anos consecutivos, a pesquisa revelou que a maioria dos indivíduos entrevistados confiava nas análises divulgadas pelo Instituto (INMETRO, 1996 e 1997).

Uma outra pesquisa foi realizada também pelo Instituto em 1996, porém desta vez sua natureza foi qualitativa, com o objetivo de elaborar uma segunda avaliação da imagem do INMETRO junto à população em geral. Constatou-se que o Instituto vem adquirindo maior notoriedade e prestígio, através de ações de comunicação em comerciais de televisão, reportagens em programas de telejornais de grande audiência e na mídia impressa.

Nesta pesquisa, tendo em vista os efeitos do PAQP para os consumidores, os indivíduos entrevistados que responderam saber a respeito das informações divulgadas pelo Instituto demonstraram lembrar dos problemas com a qualidade dos alimentos citando alguns exemplos. Porém, grande parte dos entrevistados não se lembrou dos nomes das marcas de produtos analisados pelo PAQP do INMETRO e as marcas que pararam de adquirir em virtude dos problemas apresentados nas análises e divulgados pela imprensa.

Por outro lado, a maioria dos consumidores alegou não comprar a marca do produto quando a sua qualidade foi reprovada pelo programa.

Assim, os consumidores da cidade de Campinas (SP) mostraram que o PAQP do INMETRO tem contribuído para melhorar o nível de conscientização dos indivíduos para a questão relativa a melhoria da qualidade dos produtos, porém, em virtude dos efeitos das divulgações para os consumidores restringirem-se quase sempre a um período curto de tempo, sua repercussão acaba tendo um caráter apenas imediato, extinguindo-se em seguida. Desta forma, acredita-se que, com a repetição de análises em produtos em que já tenham sido detectadas irregularidades, seria possível prorrogar esses efeitos para médio e longo prazos para os consumidores. Nesta perspectiva lembramos que as indústrias também devem priorizar a melhoria da qualidade dos produtos, conforme determina a legislação em vigor.

Convém ressaltar que outros meios de comunicação poderiam disponibilizar publicações em geral. A divulgação por meio da imprensa de resultados de análise da qualidade de produtos, deve ser cada vez mais explorada por outros órgãos que também trabalham em prol da defesa dos consumidores, principalmente porque o acesso às informações mais precisas sobre a qualidade dos produtos que estão disponíveis no mercado consumidor ainda é muito restrito.

Entre os alimentos mais citados com problemas de qualidade, foram mencionados produtos como o palmito e o sal, que apresentaram irregularidades identificadas por análises conduzidas por outros órgãos e no entanto foram associadas ao Instituto de forma errônea. Convém lembrar que a divulgação desses resultados pela mídia no mesmo período pode ter acarretado nesse tipo de associação equivocada (LIPORACE, 1996; VIEIRA, 1999).

Os consumidores entrevistados citaram outros institutos, além do INMETRO, que são igualmente responsáveis por programas de educação para o consumo ou pela realização de testes laboratoriais de produtos, inclusive alimentícios. Observou-se, neste sentido, que outros meios de divulgação de resultados de análises referentes à qualidade de produtos são

conhecidos. Constatou-se ainda, por meio de declarações espontâneas, que a grande maioria dessa parcela da população entrevistada considerou a iniciativa do PAQP do INMETRO pertinente e eficaz especialmente por melhorar o nível de conscientização da população, o que demonstra a aceitação desse tipo de programa pelos consumidores.

Sabe-se que o INMETRO analisou diversos gêneros alimentícios desde 1996 e os técnicos responsáveis pelo Programa de Análise da Qualidade de Produtos confirmaram a falta de qualidade de alimentos disponíveis no Brasil (FALTA de fiscalização ameaça consumidores, 1999; INDÚSTRIA de alimentos na berlinda, 1998). Esse tipo de dado revela que ainda prevalece a falta de um controle de qualidade mais rigoroso, envolvendo os setores das indústrias alimentícias. Convém ressaltar que, com sistemas de qualidade eficazes, seria possível aumentar a disponibilidade de alimentos inócuos para os consumidores brasileiros.

Alguns especialistas têm enfatizado a problemática da falta do alimento seguro principalmente em países como o Brasil, onde as condições de vida de significativa parcela da população ainda são precárias e, portanto, os riscos para a saúde dos indivíduos ao consumir um produto de qualidade duvidosa são maiores (RESENDE, 1993; SALAY, 1999 e 2001; SALAY *et alii*, 2001). Sabe-se ainda que uma das dificuldades para certos produtos brasileiros entrarem no comércio exterior são as barreiras fitossanitárias; portanto, a melhora da qualidade do alimento também contribuiria para intensificação das exportações.

As indústrias reconhecem o poder de persuasão dos consumidores, em virtude inclusive do Código de Defesa do Consumidor, por isso muitas empresas procuram não correr o risco de ter o seu nome difamado pela imprensa procurando melhorar cada vez mais o controle da qualidade de seus produtos (AZEVEDO *et alii*, 1996; SANTOS & GÓES, 1995).

Entre os estudos envolvendo consumidores, destaca-se o trabalho realizado pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC sobre avaliação da Revista Consumidor S.A.. Constatou-se que o assunto de maior interesse pelos associados refere-se ao de alimentos em geral e a reportagem tida como mais marcante foi a do palmito e a dos

enlatados. Os congelados e as bebidas em geral também foram citados, levantando-se a sugestão de análise de produtos como os refrigerantes e a água mineral (IDEC, 1996).

VIEIRA (1999) desenvolvendo pesquisa sobre o tema, verificou que ainda é pequeno o número de registros de reclamações dos consumidores em relação à qualidade dos alimentos. A autora verificou, além disso, que tanto a participação como a organização dos consumidores ainda são precárias. Estudo como o de LIPORACE (1996) mostrou que o consumidor devidamente organizado pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de produtos e serviços do País e que, para isso, é fundamental o papel das organizações de consumidores, como as encontradas em outros países sugerindo, portanto, o fortalecimento do movimento dos consumidores no Brasil. De acordo com RIOS (1997), os direitos dos consumidores são fundamentais para uma sociedade mais participativa e, portanto, é de suma importância a atuação dos órgãos envolvidos na defesa dos consumidores, como é o caso do IDEC.

Alguns estudos também enfatizam a importância do papel dos consumidores, das Organizações Não Governamentais – ONGs e das indústrias de alimentos para o efetivo controle de alimentos observando que a legislação deve reconhecer a importância da participação pública (ARNAULD, 1992; CAMPBELL-PLATT, 1994). Em países em desenvolvimento como o Brasil, já se observa uma tendência da atuação conjunta entre as ONGs, instituições públicas, os comerciantes e os consumidores, esperando-se que tal comportamento favoreça a todos.

Alguns avanços têm sido alcançados para a melhoria dos produtos de origem alimentar comercializados no Brasil. Recentemente, por exemplo, o Ministério da Saúde divulgou uma medida que obrigará, em curto prazo, os fabricantes de alimentos a colocarem em seus produtos a rotulagem nutricional (BRASIL, 2001). Esta medida pretende propiciar maior acesso às informações dos componentes nutricionais dos alimentos industrializados para os consumidores. Sabe-se que alguns estudos têm revelado a preocupação dos consumidores com a melhoria da qualidade dos alimentos (FAZIO *et alii*, 1997), mas faz-se necessária a implementação de pesquisas para especificar o que os

consumidores entendem realmente por “*qualidade*”, conforme citado inclusive em outras publicações como a de SHEWFELT (1999).

Ressalta-se que parcela substancial da população brasileira ainda não tem acesso às condições mínimas de sobrevivência, como por exemplo a ausência da instalação da rede elétrica em seus domicílios; portanto, a dificuldade de acesso às informações ainda é grande. Por isso é importante enfatizarmos que outros veículos de divulgação poderiam estar sendo efetivamente implantados, pois, para se alcançar melhor nível de informação, é imprescindível maior divulgação. Na realidade, existe um projeto que o INMETRO coordena visando inserir na rede de ensino noções de “Educação para o Consumo”, que será indiscutivelmente de grande valia; porém este projeto ainda encontra-se em fase de implementação.

É importante enfatizar a necessidade da efetiva inserção de noções de educação para o consumo no currículo escolar. Sugere-se, além disso, que outras instituições públicas possam desencadear ações em conjunto com o INMETRO por meio de divulgações mais abrangentes, para que todos os consumidores brasileiros tenham maior acesso às informações.

Referências bibliográficas

ARNAULD, J. Sécurité alimentaire des familles: rôle des NOS en Amérique Latine. **Food, Nutrition and Agriculture**, Rome, v. 2, p. 25-31, 1992.

AZEVEDO, P.R.; REGO, R. A. ; NITZ, M.; VERAS, A. ; FERRAZ, P. Consumidores e legislação aproximam indústrias da qualidade. **Engenharia de Alimentos**, São Paulo, v.1, n.5, p. 20-36, 1996.

BOUTRIF, E. FAO's integrated programme on food control. **Food, Nutrition and Agriculture**, Rome, n. 13/14, p. 41-47, 1995.

BRASIL. Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. "Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências". **Diário Oficial**. Brasília, 27 jan. 1999. Seção I, p.1.

_____. Resolução nº39, de 21 de março de 2001. "De acordo com a Resolução, fica definido que, na rotulagem, o fabricante deverá apresentar uma tabela com a composição nutricional e a contribuição de cada nutriente, com base numa porção individual de referência, para a dieta diária do consumidor". Disponível : <http://anvisa.gov.br> Acesso em: 10 abr. 2001.

CAMPBELL-PLATT, G. Food control for consumers, regulators and producers. **Food Control**, Surrey, v.5, n.2, p. 99- 102, 1994.

CONOVER, W.J. **Practical nonparametric statistics**. 2ed. New York, John Wiley & Sons, 1980. 493p.

FALTA de fiscalização ameaça consumidores. **Consumidor/Teste**, Porto Alegre. p. 20 – 30, 1999.

FAZIO, G.; FURQUIM, M.F.; KASSOUF, A. L. Preocupações dos consumidores com a qualidade de alimentos. **Preços Agrícolas**, Piracicaba, jan., p. 9-12 , 1997.

GUILFORD, C.T. Involving consumers in food control in the United States. **Food, Nutrition and Agriculture**, Rome, v. 2, n.8/9, p. 32-37, 1993.

INDÚSTRIA de alimentos na berlinda. **Nova Manutenção y Qualidade**, Rio de Janeiro, v.3, n.20, p.13-14, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – IDEC. **Avaliação dos dados coletados.** Pesquisa Revista Consumidor S.A. São Paulo, janeiro/fevereiro 1996. 41p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Censo Demográfico 2000.** Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: 29 ago. 2001

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL – INMETRO. **Programa de educação para o consumo.** Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br> Acesso em: 19 fev.1998.

_____ **Pesquisa de opinião pública sobre o INMETRO.** 1996, 8p. (mimeografado).

_____ **Pesquisa de opinião pública sobre o INMETRO.** 1997, 15p. (mimeografado).

LIPORACE, T.D. **Ação dos consumidores na qualidade de bens e serviços.** Rio de Janeiro, 1996. 125p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESENDE, R.U. Brazil: A case study. **Food Policy**, Guilford, v.18, n.2, p.120-130, 1993.

RIOS, J.O . **O direito como instrumento de mobilização social – um estudo de caso; o movimento pela conquista e aplicação do código de defesa do consumidor.** São Paulo, 1997. 318p. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Pontifícia Católica de São Paulo, PUC - SP.

RISSATTO, P.E.V. **Avaliação da operacionalização do serviço de vigilância sanitária de alimentos do município de Campinas – SP, de 1993 a 1996.** Campinas, 1999. 136p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Nutrição), Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade Estadual de Campinas.

SALAY, E.; CASWELL, J. Developments in brazilian food safety policy. **The International Food and Agribusiness Management Review**, Greenwich, v.1, n.2, p. 167-177, 1998.

SALAY, E. Alimento seguro: desafios para os setores público e privado. In: **Livro de Programas e Resumos do III Simpósio Latino Americano de Ciência de Alimentos**, Campinas – SP, 1999.

SALAY, E. Alimento seguro: desafios para os setores público e privado. In: **Livro do III Simpósio Latino Americano de Ciência de Alimentos**, Campinas – SP, 2001 (No prelo).

SALAY, E.; PEREIRA, J.L.; MERCADANTE, A. M.; NETTO, F.M.; CAVALLI, S.B. Food safety issues in developing nations: a case study of Brazil. In: Ed. Hooker, N.H.& Murano E. **A Interdisciplinary Food Safety Research.** Editora CRC Press, New York, p. 87- 120, 2001.

SANTOS, F.L.; GÓES, J.A.W. Código de defesa do consumidor: comportamento dos consumidores de alimentos na cidade de Salvador. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 9, n.37, p. 15-19, 1995.

SHEWFELT, R.L. What is quality? **Postharvest Biology and Technology**, Amsterdam, v.15, n.3, p. 197-200, 1999.

SIEGEL, A.F. **Statistics and data analysis**. 3ed. New York, John Wiley & Sons, 1996, 635p.

VIEIRA, C.M. **A contribuição dos organismos de consumidores para a promoção da qualidade dos alimentos**. Campinas, 1999.161p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Nutrição), Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade Estadual de Campinas.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **The role of food safety in health and development**. (Technical Report Series n° 705), Geneva, 1984. 79p.

_____. **Evaluation of programmes to ensure food safety: guiding principles**. (Technical Report Series n° 705), Geneva, 1989. 47p.

_____. **Guideline for strengthening a national food safety programme**. Food Safety Issues, (Technical Report Series n° 705), Geneva, 1996. 24p.

Capítulo 5 - CONCLUSÃO GERAL

A avaliação do Programa de Análise da Qualidade de Produtos – PAQP do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial – INMETRO, enfocando seus efeitos nos órgãos governamentais fiscalizadores, nas empresas de alimentos e nos consumidores, foi primordial para o melhor entendimento do esforço nacional atual em prol da promoção do alimento seguro.

Inicialmente, com relação aos efeitos dos resultados do PAQP nas ações de órgãos governamentais fiscalizadores, observou-se que prevaleceu a sobreposição de ações pelos Ministérios da Saúde e da Agricultura e do Abastecimento com o INMETRO, o que revelou a dificuldade de planejamento de cada um desses órgãos. As ações implementadas por esses órgãos fiscalizadores em função dos resultados do PAQP concentraram-se nos produtos que não revelaram conformidade e que pudessem ter efeitos para a saúde pública, o que revelou a falta de prioridade dos órgãos em relação aos produtos adulterados. O estabelecimento de parcerias do INMETRO com o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, mais especificamente com a Divisão de Produtos de Origem Animal - DIPOA agilizou a tomada de decisões principalmente quando se considera os produtos com irregularidades graves. Acredita-se que uma vez estabelecido esse tipo de convênio também com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária possibilitam um maior controle dos alimentos disponíveis para os consumidores e eliminará a indesejável sobreposição de ações. Espera-se que assim os órgãos possam atuar mais efetivamente, inclusive em relação aos produtos que, embora não representem riscos consideráveis à saúde das pessoas, sofreram qualquer tipo de fraude. Acredita-se que a atuação do INMETRO na área de análise da qualidade de produtos, especificamente naqueles de origem alimentar, cuja responsabilidade não pertence a esse Instituto, acabe acontecendo em decorrência da ineficiência dos próprios setores públicos reguladores em realizar a devida fiscalização do controle de alimentos para produtos de consumo interno no Brasil.

Quanto as entrevistas realizadas nas empresas de alimentos, em indústrias e comércios de alimentos, constatou-se que o maior efeito da divulgação dos resultados das análises do INMETRO, em relação às vendas, ocorreu nos comércios atacadistas e varejistas. Quanto à atuação da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação - ABIA constatou-se que restringe-se a sua atuação, como mediadora entre o INMETRO e as indústrias, colaborando, por exemplo, nas ações que envolvem questões jurídicas. Além disso, a ABIA é consultada pelo Instituto em casos como os de atualização da legislação de alguns produtos. Uma das principais críticas das empresas em relação ao PAQP envolve a amostragem dos produtos e, por isso, esclarecimentos do Instituto em relação aos procedimentos metodológicos adotados principalmente no que se refere à seleção das amostras devem ser melhor divulgados. As empresas também indagaram sobre a falta de poder de resposta aos consumidores após a divulgação das análises de produtos pela imprensa televisiva. Foi revelado pelas empresas que atualmente há uma preocupação mais acentuada com o controle de qualidade de seus produtos neste sentido, as empresas declararam dispensar maior atenção aos consumidores devido ao poder de persuasão e de exigência demonstradas por esses indivíduos desde a última década, a qual, por sua vez, foi marcada por grandes conquistas como o Código de Defesa do Consumidor – CDC, além de acreditarem no fato de que programas como esse do INMETRO vêm contribuindo ainda mais para isso.

Tendo por base os dados obtidos junto aos consumidores da cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, observou-se que os mesmos demonstraram conhecer pouco o PAQP do INMETRO; entre as pessoas que mais conheciam o programa inserem-se as mais jovens e de melhor nível de instrução e de renda familiar. O PAQP influenciou a não-aquisição de alimentos que foram divulgados com algum tipo de irregularidade, porém esse tipo de efeito restringiu-se quase sempre a curto prazo. Em relação aos nomes e marcas dos produtos que apresentaram não-conformidade, notou-se que foi pequeno o número de pessoas que recordaram corretamente aqueles analisados pelo INMETRO. Os entrevistados que conheciam o PAQP confirmaram a sua contribuição para a melhoria da conscientização dos indivíduos. Acredita-se, todavia, que outros meios de divulgação poderiam também

estar sendo utilizados para atingir um maior contingente da população com maior impacto por meio da distribuição de publicações em geral, por exemplo. Além disso, acredita-se que, com a repetição de análises de produtos que foram irregulares, o PAQP do INMETRO possa contribuir também para maior eficácia da conscientização dos consumidores em médio e longo prazos.

ANEXOS

ANEXO 1

Ficha de entrevista com a responsável pelo programa do INMETRO

Cargo e nome da pessoa entrevistada:

Data e local da entrevista:

Questionário:

1. Como são tomadas as decisões sobre quais produtos devem ser analisados? E em caso de solicitações de análises, quais são os procedimentos do Instituto?
2. A divulgação dos resultados é feita primeiramente para quem?
3. Os fabricantes são comunicados que as análises serão divulgadas pela imprensa?
4. Quais os efeitos das análises sobre os fabricantes? Existem reações de desacordo/desconfiança das análises?
5. O INMETRO conhece os efeitos da divulgação das análises sobre a comercialização dos produtos no mercado?
6. O Instituto conhece a dimensão, ou seja, a repercussão pelos consumidores/usuários dessas análises?
7. São repetidas as análises em produtos já testados? Em que situações? Em caso de reincidência do aparecimento do problema, qual a atitude tomada pelo Instituto?
8. Qual o número de solicitações de análises de produtos de origem alimentar? E quais origens?
9. Qual o número de análises de qualidade de produtos alimentícios realizadas desde o início do programa? Houve aumento durante o decorrer dos anos?
10. Houve aumento do número de pessoas que conhecem o programa do INMETRO, durante a sua vigência?
11. Qual o conhecimento da população sobre o que é realmente o Instituto?
12. É do conhecimento do INMETRO a influência que os programas exercem sobre as decisões de compra dos consumidores?

13. Qual é o tipo de parceria estabelecida do Instituto com o Governo Federal e demais institutos/ministérios (agências reguladoras)?
14. Quais os procedimentos das indústrias em função dos resultados divulgados pelo Instituto?
15. Como o INMETRO contribui com as empresas?
16. O Instituto prioriza a análise de algum produto especificamente?

ANEXO 2

Ficha de entrevista utilizada na ANVISA – MS

Cargo e nome da pessoa entrevistada:

Data e local da entrevista:

Questionário:

1. Qual a opinião da ANVISA sobre o programa de análise da qualidade de produtos alimentícios realizado pelo INMETRO?
2. Quais as providências tomadas pela ANVISA em relação aos resultados das análises feitas pelo INMETRO?
3. A inspeção da ANVISA aceita/valida os resultados dos testes feitos pelo INMETRO?
4. Em caso de necessidade, qual a viabilidade da ANVISA de refazer os testes em produtos que o INMETRO realizou?
5. Quais produtos analisados pelo INMETRO que tiveram algum tipo de penalidade pela ANVISA?
6. A ANVISA mantém alguma parceria com os demais ministérios como o MAA e MDIC?
7. Como a ANVISA vê a atuação de um órgão como o INMETRO que não possui caráter fiscalizador?
8. A ANVISA tem algum procedimento pré-estabelecido quando a imprensa divulga dados do programa do INMETRO para os consumidores?
9. A Diretoria de Alimentos da ANVISA possui a relação de todos os produtos que apresentaram algum tipo de não-conformidade nas análises dos produtos alimentícios do INMETRO?
10. Como é feito o acompanhamento de produtos não conformes nas análises realizadas pelo INMETRO?
11. Que medidas são tomadas para impedir que os produtos não-conformes continuem disponíveis para os consumidores?

12. A ANVISA possui algum tipo de pesquisa sobre o conhecimento do consumidor em relação a fiscalização de produtos alimentícios?
13. Como a ANVISA pretende atuar junto as indústrias de alimentos que apresentaram algum tipo de irregularidade em análises realizadas em seus produtos?
14. Existe na ANVISA algum levantamento junto as indústrias de alimentos sobre a opinião do setor privado em relação a atuação dos setores públicos como é o caso do INMETRO, MAA e também do MS?
15. O MS possui programa especial de fiscalização para algum alimento específico?
16. A DIALI tem tomado alguma medida em relação aos produtos que apresentaram riscos à saúde da população como foi o caso do palmito em conserva?
17. De acordo com as informações obtidas pela DIALI sobre as “bebidas energéticas”, as medidas cabíveis a ANVISA foi principalmente no que se refere a irregularidade dos rótulos desses produtos, e que as demais irregularidades teriam que ser comprovadas mediante novas análises. Em casos como esse a ANVISA possui algum tipo de planejamento para a realização de tais análises?
18. Sabendo que cada produto alimentício tem tratamento específico, gostaríamos de obter informações sobre quais dos produtos analisados pelo INMETRO tiveram algum tipo de risco à saúde da população e por isso foram encaminhados aos respectivos CVS?
19. Em casos como o do pão de queijo que ficou a cargo do Estado de Minas Gerais, mais especificamente ao CVS de Belo Horizonte tomasse as providências para solucionar as irregularidades. Como a ANVISA acompanha esse tipo de processo ou são unicamente os CVS responsáveis por toda e qualquer fiscalização sem a supervisão da ANVISA?

ANEXO 3

Ficha de entrevista realizada na Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação – ABIA

Cargo e nome da pessoa entrevistada:

Data e local da entrevista:

Questionário:

1. Qual a opinião da ABIA sobre o programa de análise da qualidade de produtos alimentícios realizado pelo INMETRO?
2. Na sua opinião qual o efeito de um programa como esse do INMETRO para as indústrias de alimentação?
3. Quais são os procedimentos adotados pela ABIA após a divulgação dos resultados das análises feitas pelo INMETRO?
4. Como a ABIA vê esse tipo de divulgação dos ensaios do programa do INMETRO para os consumidores?
5. A Diretoria da ABIA possui a relação de todas as indústrias que tiveram seus produtos reprovados nas análises realizadas pelo INMETRO?
6. Como a ABIA atua junto as indústrias de alimentos que apresentaram algum tipo de irregularidade em análises realizadas em seus produtos?
7. Qual é o tipo de acompanhamento feito pela ABIA para a solução do problema apresentado pelas indústrias alimentícias nas análises realizadas pelo INMETRO?
8. Existe algum procedimento da ABIA para impedir que os produtos não-conformes continuem disponíveis para os consumidores?
9. A ABIA possui algum levantamento feito junto as indústrias de alimentos sobre a opinião desse setor quanto à atuação do INMETRO?
10. Existe alguma pesquisa feita pela ABIA quanto ao impacto sobre as vendas dos produtos não-conformes no mercado?
11. E quanto aos produtos da cesta básica irregulares analisados pelo IPEM – SP, a ABIA possui algum tipo de acompanhamento desses resultados?
12. As indústrias de alimentos procuram obter respaldo por parte da ABIA?

13. Na sua opinião os órgãos fiscalizadores como a ANVISA – MS e o MA tem tido atuação eficiente de um modo geral?
14. Em função especificamente das irregularidades apontadas pelo INMETRO, essas agências reguladoras tem se mostrado atuantes?
15. Os programas de educação para o consumo como pretende ser esse do INMETRO, na sua opinião tem repercutido em melhoria da qualidade dos produtos?
16. E em relação aos consumidores, eles têm tido maior conscientização devido a existência de tais programas?
17. Como a ABIA pretende atuar junto as indústrias em prol da segurança do alimento?
18. Existe algum tipo de “projeto” em andamento para garantir que o alimento produzido pelas indústrias de alimentos cheguem até a mesa do consumidor final isento de qualquer tipo de irregularidade?

ANEXO 4

Ficha de entrevista realizada com as indústrias de alimentos

Nome da indústria:

Endereço:

Telefones:

Cidade:

Data da entrevista:

Cargo e nome da pessoa entrevistada:

Questionário:

1. A empresa conhece o Programa de Análise da Qualidade de Produtos realizado pelo INMETRO?
2. Na sua opinião qual o efeito de um programa como esse do INMETRO para a indústria de alimentação?
3. O que o Programa de Análise da Qualidade de Produtos do INMETRO representa, na sua opinião, para população brasileira?
4. Qual o impacto de um programa como esse do INMETRO, na sua opinião, para os órgãos fiscalizadores como o MS e MAA?
5. Algum produto desta empresa já foi analisado pelo Programa de Análise da Qualidade de Produtos?
 Em caso positivo (Continua com a pergunta e segue com as questões)
 Em caso negativo. (Encerra com a pergunta e faz apenas a pergunta da questão 8 e da 12 em diante)
 Houve algum tipo de não conformidade detectada?
6. Qual(is) providência(s) a empresa tomou para resolver as não-conformidades?
7. Quanto aos efeitos causados pelos resultados dos testes no mercado consumidor. Existe alguma pesquisa feita pela empresa quanto ao impacto sobre as vendas dos produtos?
8. Como a empresa vê a divulgação das análises pela imprensa televisiva para a população em geral?
9. Existe algum procedimento adotado pela indústria após a divulgação pela mídia dos resultados?
 Em caso positivo.
 Quais são?
10. Já houve algum produto analisado pelo INMETRO que tenha sido reincidente em não-conformidade?

11. Mediante a comprovação de irregularidades pelo Programa, já houve caso de retirada de lotes de produtos?
12. Na sua opinião os consumidores tem tido maior conscientização devido a existência de do Programa de Análise da Qualidade de Produtos do INMETRO?
(Observação: Dependendo da resposta essa pergunta pode ter sido respondida na questão 3)
13. Programas como esse do INMETRO, o Programa de Análise da Qualidade de Produtos, na sua opinião, tem repercutido em melhoria da qualidade de produtos?
(Conforme as respostas da pergunta 2, não faz essa pergunta)

ANEXO 5

Ficha de entrevista com os atacadistas da cidade de Campinas- SP

Nome do estabelecimento:

Endereço:

Telefones:

Cidade:

Data da entrevista:

Cargo e nome da pessoa entrevistada:

Questionário:

1. O senhor conhece o Programa de Análise da Qualidade de Produtos realizado pelo INMETRO?
2. Na sua opinião qual o efeito de um programa como esse do INMETRO para a rede atacadista?
3. O que o Programa de Análise da Qualidade de Produtos do INMETRO representa, na sua opinião, para os consumidores?
4. Qual o impacto de um programa como esse do INMETRO, na sua opinião, para os órgãos fiscalizadores como o MS e MAA?
5. O estabelecimento possui marca(s) própria(s) de produtos alimentícios?
Em caso positivo. Qual(is)?
Somente em caso positivo faz a pergunta 6.
6. É do seu conhecimento se algum produto desta empresa já foi analisado pelo Programa de Análise da Qualidade de Produtos?
Em caso positivo. Houve algum tipo de irregularidade detectada?
Em caso positivo. Qual(is) providência(s) a empresa tomou para resolver essas irregularidades?
7. Você se lembra de quais alimentos tiveram problemas com a qualidade na análise realizada pelo programa do INMETRO? Cite alguns exemplos.
8. Na sua opinião, qual(is) o(s) efeito(s) causado(s) pelos resultados dos testes no mercado? Existe algum levantamento feito quanto ao impacto sobre as vendas dos produtos de marca própria de seu estabelecimento (se houver) e de outras marcas que já foram analisados pelo programa?
9. Como a empresa vê a divulgação das análises pelo programa “Fantástico” da Rede Globo de Televisão para a população em geral?
10. É tomada alguma medida na aquisição de produtos que tiveram algum tipo de

irregularidade?

Em caso positivo. Qual(is)?

11. Na sua opinião os varejistas têm tido maior cuidado no momento de comprar alimentos devido a divulgação dos resultados do Programa de Análise da Qualidade de Produtos?
12. O Programa de Análise da Qualidade do INMETRO, na sua opinião, tem contribuído em melhoria da qualidade de produtos alimentícios fabricados no Brasil? Por quê?

ANEXO 6

Ficha de entrevista com os varejistas da cidade de Campinas - SP

Nome do estabelecimento:

Endereço:

Telefones:

Cidade:

Data da entrevista:

Cargo e nome da pessoa entrevistada:

Questionário:

1. O estabelecimento conhece o Programa de Análise da Qualidade de Produtos realizado pelo INMETRO?
2. Na sua opinião qual o efeito de um programa como esse do INMETRO para a rede varejista?
3. O que o Programa de Análise da Qualidade de Produtos do INMETRO representa, na sua opinião, para os consumidores?
4. O estabelecimento possui marca(s) própria(s) de produtos alimentícios?
Em caso positivo. Qual(is)?
Somente em caso positivo faz a pergunta 5.
5. É do seu conhecimento se algum produto desta empresa já foi analisado pelo Programa de Análise da Qualidade de Produtos?
Em caso positivo. Houve algum tipo de irregularidade detectada?
Em caso positivo. Qual(is) providência(s) a empresa tomou para resolver essas irregularidades?
6. Na sua opinião, qual(is) o(s) efeito(s) causado(s) pelos resultados dos testes no mercado. Existe algum levantamento feito quanto ao impacto sobre as vendas dos produtos que já foram analisados pelo programa?
7. Como a empresa vê a divulgação das análises pelo programa “Fantástico” da Rede Globo de Televisão para a população em geral?
8. É tomada alguma medida cautelar na aquisição de produtos que tiveram algum tipo de irregularidade apresentada pelo programa?
Em caso positivo. Qual(is)?
9. Na sua opinião os consumidores tem tido maior cuidado no momento de comprar alimentos devido a divulgação dos resultados do Programa de Análise da Qualidade de

Produtos?

10. O Programa de Análise da Qualidade de Produtos do INMETRO, na sua opinião, tem contribuído em melhoria da qualidade de produtos alimentícios fabricados no Brasil?

ANEXO 7

Termo de consentimento para participação na pesquisa

“AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ANÁLISE DA QUALIDADE DE PRODUTOS DO INMETRO”

(De acordo com a Resolução 196 de 10/10/1996 do Conselho Nacional de Saúde)

Eu, _____
livremente participo da pesquisa “AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ANÁLISE DA QUALIDADE DE PRODUTOS DO INMETRO” sob responsabilidade da pesquisadora Kátia Cilene Tabai, Doutoranda em Ciência da Nutrição da Faculdade de Engenharia de Alimentos da UNICAMP, sob coordenação da orientadora Profa. Dra. Elisabete Salay da Faculdade de Engenharia de Alimentos da UNICAMP.

Estou ciente do que se segue:

Objetivo da pesquisa: Avaliar o Programa de Análise da Qualidade de Produtos Alimentícios do INMETRO.

Participação: Responder às perguntas feitas pelos entrevistadores.

Riscos: Não haverá riscos para a integridade física, mental ou moral dos entrevistados.

Benefícios: As informações obtidas neste estudo poderão ser utilizadas para a reformulação do programa e das ações políticas de promoção da qualidade de alimentos.

Privacidade: Os nomes dos entrevistados, assim como os demais dados serão confidenciais. Os resultados coletivos serão codificados e divulgados nos meios científicos.

Assinatura _____

ANEXO 8

Ficha de entrevista com os consumidores de Campinas – SP

Dados de Identificação:

Nome: _____

Idade:

- ☐ 15 a 24 anos
- ☐ 25 a 39 anos
- ☐ 40 a 54 anos
- ☐ 55 anos ou mais

Sexo:

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

Grau de instrução:

- ☐ nenhum
- ☐ ensino fundamental incompleto
- ☐ ensino fundamental completo
- ☐ ensino médio incompleto
- ☐ ensino médio completo
- ☐ superior incompleto
- ☐ superior completo e mais

Vínculo empregatício:

- ☐ Sim
- ☐ Não

Renda familiar:

- ☐ até 1 s.m.
- ☐ mais de 1 a 2 s.m.
- ☐ mais de 2 a 5 s.m.
- ☐ mais de 5 a 10 s.m.
- ☐ mais de 10 a 20 s.m.
- ☐ mais de 20 s.m.

Questionário:

1. Você conhece o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial)?

☐ Sim

☐ Não

2. E o Programa de Análise da Qualidade de Produtos desenvolvido pelo INMETRO e divulgado pelo programa “Fantástico” da Rede Globo de Televisão, você conhece?

☐ Sim

☐ Não

Em caso positivo (Continua com as demais questões)

3. Você assiste à divulgação dos resultados das análises de produtos feita pelo “Fantástico”?

☐ Sim

☐ Não

Em caso positivo. Com que frequência?

☐ Semanalmente

☐ Quinzenalmente

☐ Mensalmente

☐ Outras (descrever _____)

4. Você se lembra de algum problema com a qualidade de alimento?

☐ Sim

☐ Não

Em caso positivo. Cite os alimentos e/ou marcas que tenham tido algum problema de qualidade?

Alimento(s)

Marca(s)

Problema(s)

5. Após obter a informação sobre os problemas de qualidade de algum(s) alimento(s) e/ou marca(s) pelo programa você parou de comprá-lo(s)?

☐ Sim

☐ Não

Em caso positivo. Você parou de comprar determinado tipo de alimento(s) ou marca(s)?

Alimento(s)

Marca(s)

☐ Sim

☐ Sim

☐ Não

☐ Não

Cite exemplo de alimento(s) ou marca(s) que você não comprou mais em função da divulgação do problema com a qualidade (pelo programa do INMETRO divulgado pelo “Fantástico”)

Alimento(s)

Marca(s)

6. Você tem conhecimento, por outro veículo de divulgação, sobre análise de produtos alimentícios conduzida por outro instituto?

☐ Sim

☐ Não

Em caso positivo. Qual(is) o(s) instituto(s) ? E por qual(is) meio(s) de comunicação?

Outros comentários sobre o programa:

Observação: Agradeça pela preciosa colaboração e confira se não faltou nenhum tipo de informação.

Local: _____

Data: _____

Horário: _____

Assinatura do entrevistador(a): _____

ANEXO 9

Amostragem estratificada dos consumidores de Campinas – SP

Idade Sexo		Nível de instrução							Total
		Nenhum	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Superior incompleto	Superior completo	
15-24 anos	Masculino	1	13	4	7	3	2	1	31
	Feminino	1	10	4	8	4	3	1	31
	Total	2	23	8	15	7	5	2	62
25-39 anos	Masculino	1	15	6	3	8	6	3	42
	Feminino	1	19	6	3	8	10	9	56
	Total	2	34	12	6	16	16	12	98
40-54 anos	Masculino	1	11	6	1	4	3	2	28
	Feminino	2	13	3	1	5	3	3	30
	Total	3	24	9	2	9	6	5	58
55- anos ou mais	Masculino	2	8	2	1	2	1	1	17
	Feminino	4	10	1	1	2	1	1	20
	Total	6	18	3	2	4	2	2	37
TOTAL		13	99	32	25	36	29	21	255

ERRATA

Leia-se às indústrias de alimentos, os comércios atacadistas e varejistas e Indústrias de Alimentação - ABIA, pela fundamental participação na pesquisa, página xiii,

Onde se lê índice de abreviaturas leia-se lista de abreviaturas, página xiii,

Onde se lê resultados nas ações de órgãos governamentais fiscalizadores de alimentos, página xiii, 7º parágrafo,

Onde se lê efeitos em indústrias e comércios de alimentos leia-se análise comércios de alimentos, página xiii, 8º parágrafo, 1ª linha.

Onde se lê repercussão para os consumidores de Campinas - SP leia-se sobre alimentos para os consumidores da cidade de Campinas – SP, página xiii, 9º

Onde se lê conhecimento do leia-se conhecimento sobre o, página xvii, 3

Onde se lê contatado leia-se constatado, página 39, 2º parágrafo, 4ª linha.

Onde se lê 25,0 leia-se 33,3, página 41, 2ª e 4ª linha do corpo da tabela.

Onde se lê 75,0 leia-se 66,7, página 41, 2ª e 4ª linha do corpo da tabela.

Onde se lê 21,0 leia-se 21,4, página 41, 7ª linha do corpo da tabela.

Onde se lê 56,6 leia-se 55,6, página 41, 9ª linha do corpo da tabela.

Onde se lê 45,0 leia-se 45,5, página 41, 12ª linha do corpo da tabela.

Onde se lê 55,0 leia-se 54,5, página 41, 12ª linha do corpo da tabela.

Onde se lê essa melhoria leia-se a melhoria da qualidade dos produtos, página 61,

Onde se lê this improvement leia-se improvement in the quality of products, página 61,

Onde se lê observar a posição leia-se a posição, página 61, 3º parágrafo,

Onde se lê prazos pela maioria das indústrias de alimentos leia-se prazos, página 61,

Onde se lê as amostras leia-se a amostragem, página 68, 2º parágrafo, 9ª

Onde se lê televisiva para a população leia-se televisiva, página 99, 3º parágrafo,